



**Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração**
Politécnico de Coimbra

ISCAC | 2022

Ricardo Miguel Oliveira Fernandes

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal



**Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração**

Politécnico de Coimbra

Ricardo Miguel Oliveira Fernandes

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do
Setor Privado da Região Centro de Portugal

Coimbra, julho de 2022



**Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração**

Politécnico de Coimbra

Ricardo Miguel Oliveira Fernandes

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco
nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de
Portugal

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão Empresarial, realizado sob a orientação da Professora Maria Georgina da Costa Tamborino Morais.

Coimbra, julho de 2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

PENSAMENTO

“We have no right to express an opinion until we know all of the answers.”

Kurt Cobain

DEDICATÓRIA

Ao meu anjo da guarda

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação, reflete a finalização de uma etapa que se revelou importante para a minha formação, tanto pessoal como profissional. A finalização desta etapa não seria possível sem o apoio constante das pessoas que me rodeiam e que estiveram presentes durante os desafios que enfrentei no decorrer destes últimos anos. Esse apoio, que muitas vezes se concretizou, diretamente ou indiretamente, assumiu uma importância vital nesta fase da minha vida. Por todos estes motivos, gostaria de agradecer a todas as pessoas que me acompanharam durante este percurso, durante o qual retirei ensinamentos que levarei para a minha vida enquanto pessoa e enquanto profissional.

Aos meus pais, irmã e demais família, agradeço toda a dedicação e esforço que investiram em mim no decorrer deste percurso académico. Sem este suporte, a conclusão deste percurso não se revestiria da mesma importância.

À minha namorada por todo o apoio, atenção e companheirismo demonstrado ao longo de todo este percurso.

À minha orientadora, Professora Doutora Georgina Morais, agradeço a sua disponibilidade constante e a sua dedicação ao longo deste processo. O seu apoio e supervisão foram elementos essenciais para a concretização desta dissertação, sem os quais, não seria possível.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor Alexandre Silva, por todos os ensinamentos transmitidos e o apoio demonstrado durante a fase do estudo empírico desta dissertação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos os amigos que estiveram presentes ao longo destes últimos anos partilhando comigo o espírito de camaradagem, garantindo-me um acompanhamento constante e um incentivo diário que se traduziram num importante apoio que me impulsionou nesta importante etapa.

RESUMO

A auditoria interna e a gestão do risco empresarial são dois temas em voga, pois têm adquirido destaque face à internacionalização e evolução da economia, os quais provocam alterações no meio organizacional e no nível de competitividade entre organizações.

Este estudo tem como objetivo compreender o grau de importância dado à auditoria interna nas organizações, tendo como finalidade medir o contributo da auditoria interna na gestão do risco nas empresas do setor privado, na região centro de Portugal. Adicionalmente, pretende explicar o modo como a gestão do risco e a auditoria interna, em simultâneo, tornam-se pontos essenciais para a criação de valor.

Neste sentido, numa primeira fase, foi elaborado um breve enquadramento teórico que aborda os temas da auditoria interna e da gestão do risco nas organizações. Numa fase posterior, elaborou-se um estudo que visa analisar se a população considera que estas áreas são importantes para quem exerce a sua atividade profissional numa organização.

Tendo em consideração o alcance deste conhecimento perante a população em estudo, realizou-se um estudo empírico recorrendo ao método quantitativo, particularmente através da realização de inquéritos por questionário. Estes questionários tiveram como foco as empresas do setor privado da região centro de Portugal. Este método de recolha de dados enfrentou como principal limitação a adesão dos inquiridos a responderem aos questionários. Posteriormente procedeu-se ao tratamento dos dados obtidos, através de métodos de estatística descritiva e inferencial.

Em consequência do presente estudo, tornou-se evidente que para uma organização atingir o sucesso, é necessário que a auditoria interna contribua para uma eficaz gestão dos riscos a que a organização se encontra exposta. Os inquiridos consideram que existe valor acrescentado para as organizações que o possuem, considerando que, futuramente, poderá ser implementado nas suas estruturas. Contudo, salienta-se que a maioria das organizações analisadas não possuem departamento de auditoria interna.

De um modo global, a criação de valor de uma organização e o seu sucesso futuro advêm de uma auditoria interna eficaz.

Palavras-chave: Auditoria Interna, Gestão do Risco, Criação de Valor, Região Centro de Portugal

ABSTRACT

Internal audit and enterprise risk management are two topics in vogue, because they have gained prominence in the face of the internationalization and evolution of the economy, which cause changes in the organizational environment and the level of competitiveness between organizations.

This study aims to understand the degree of importance given to internal audit in organizations, with the purpose of measuring the contribution of internal audit in risk management in private sector companies in the central region of Portugal. Additionally, it intends to explain how risk management is one of the key points for value creation, in strategic planning.

In this sense, in a first phase, a brief theoretical framework was developed that addresses the themes of internal audit and risk management in organizations. At a later stage, a study was prepared to analyse whether the population considers that these areas are important for those who perform their professional activity in an organization.

Taking into account the scope of this knowledge for the population under study, an empirical study was carried out, making use of the quantitative method, particularly through questionnaire surveys. These questionnaires focused on private sector companies in the central region of Portugal. The main limitation of this data collection method was the respondents' adherence to answering the questionnaires. Subsequently, the data obtained was processed using descriptive and inferential statistics methods.

As a result of this study, it became evident that for an organization to achieve success, it is necessary that internal audit contributes to an effective management of the risks to which the organization is exposed. Respondents consider that there is added value for organizations that have it, considering that in the future, it can be implemented in their structure. However, it should be noted that most organizations analysed do not have an internal audit department.

Overall, the value creation of an organization and its future success comes from an effective internal audit function.

Keywords: Internal Audit, Risk Management, Value Creation, Central Region of Portugal

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA.....	14
1. Auditoria Interna.....	14
1.1 Conceito de Auditoria.....	14
1.2 Auditoria Interna.....	14
1.3 Instituições e Diretivas para a Prática Profissional de AI.....	15
1.4 Código de Ética.....	18
1.5 Métodos de Auditoria.....	19
1.6 Fases da Auditoria.....	19
1.6.1. Planeamento.....	20
1.6.2. Preparação da Auditoria.....	21
1.6.3. Exame Preliminar.....	21
1.6.4. Descrição, Análise e Avaliação do Controlo Interno.....	21
1.6.5. Exame e Avaliação da Informação.....	22
1.6.6. Conclusões e Recomendações.....	22
1.6.7. Comunicação dos Resultados.....	22
1.6.8. Follow-up da AI.....	23
1.6.9. Avaliação da Auditoria.....	23
1.7 A Importância da Auditoria Interna na Organização.....	23
2. Gestão do Risco.....	25
2.1 Definição de Risco.....	25
2.2 Modelos de Gestão de Risco Empresarial.....	25
2.2.1 Norma de Gestão de Riscos da FERMA.....	26
2.2.2 Norma de Gestão de Riscos Australiana AS/NZS 4360.....	27
2.2.3 NP ISO 31000: Gestão do risco – Linhas de orientação.....	28
2.2.4 ERM - Enterprise Risk Management.....	28
2.3 O Risco no Processo de Auditoria Interna.....	33
3. Estudos Empíricos relativos à Auditoria Interna e à Gestão do Risco.....	35
CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO.....	38
4. Metodologia de Investigação.....	38
4.1 Enquadramento metodológico.....	38
4.2 Objetivos.....	38
4.3 Hipóteses em estudo.....	39

4.4 Método de recolha e tratamento dos dados.....	41
4.5 População a analisar.....	44
5. Apresentação e Interpretação dos Resultados	45
5.1 Análise descritiva dos resultados	45
5.2 Estatística Inferencial.....	60
5.2.1 Análise Fatorial	61
5.2.2 Análise de Correlação de <i>Pearson</i>	63
5.3 Discussão dos resultados	64
CONCLUSÃO.....	68
BIBLIOGRAFIA	70
APÊNDICES	76
APÊNDICE 1. Questionário	77
APÊNDICE 2. Email	88

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Orientações do IIA.....	16
Figura 2 – Fases da AI.....	20
Figura 3 - Objetivos do relatório de auditoria	22
Figura 4 - Processos de Gestão de Riscos	27
Figura 5 - Cubo ERM.....	29
Figura 6 - Componentes COSO.....	30
Figura 7 - Princípios COSO	33
Figura 8 - Papel da AI na gestão do risco.....	34

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Setor de Atividade da Organização (Questão 1).....	45
Gráfico 2 - Distritos da Região Centro de Portugal (Questão 2).....	46
Gráfico 3 - Volume de Negócios à data de 31 de dezembro de 2020 (Questão 3).....	46
Gráfico 4 - Número aproximado de trabalhadores da organização (Questão 4)	47
Gráfico 5 - Cargo dos inquiridos na organização (Questão 5)	47
Gráfico 6 - Grau de importância da função de AI nas organizações (Questão 6)	48
Gráfico 7 - Principais benefícios da AI para o desempenho da organização (Questão 7)	49
Gráfico 8 - A relevância da independência dos auditores internos para os <i>stakeholders</i> (Questão 8)	51
Gráfico 9 - A AI tem influência no processo de tomada de decisão de uma organização (Questão 9)	51
Gráfico 10 - Organização que possui função de AI tem maior probabilidade de promover um sistema de controlo interno e de gestão de risco (Questão 10).....	52
Gráfico 11 - A empresa dispõe de um sistema de identificação, avaliação, monitorização e controlo dos riscos a que está exposta (Questão 11)	52
Gráfico 12 - A importância do objetivo comum da gestão do risco e da AI para a criação de valor numa organização (Questão 12)	54
Gráfico 13 - Planos para implementar um sistema de gestão de risco (Questão 13).....	54
Gráfico 14 - A estrutura organizacional contempla a função de AI (Questão 14).....	55
Gráfico 15 - Número de pessoas que constituem a atividade de AI (Questão 15.1)	56

Gráfico 16 - Áreas de atuação da função de AI (Questão 16.1).....	56
Gráfico 17 - Conhecimento das funções da AI por todos os outros departamentos da organização (Questão 17.1).....	57
Gráfico 18 - Grau de liberdade e independência de ação concedida à função de AI (Questão 18.1).....	57
Gráfico 19 - Plano estratégico da função de AI tendo em conta os riscos de negócio (Questão 19.1).....	58
Gráfico 20 - A AI e a gestão do risco são desenvolvidas tendo em conta os objetivos da organização (Questão 20.1).....	58
Gráfico 21 - Frequência da avaliação da monitorização e do controlo do sistema de gestão de riscos (Questão 21.1).....	59
Gráfico 22 - Razão da inexistência da função da AI (Questão 15.2).....	60
Gráfico 23 - Implementação de AI a curto prazo (Questão 16.2).....	60

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Estudos empíricos mais recentes e relevantes na AI e gestão do risco.....	35
Quadro 2 - Relação entre a hipótese 1 com as questões do questionário.....	42
Quadro 3 - Relação entre a hipótese 2 com as questões do questionário.....	43
Quadro 4 - Relação entre a hipótese 3 com as questões do questionário.....	43
Quadro 5 - Comparação das principais conclusões com outros autores.....	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Output</i> SPSS: Análise Fatorial (Questão 7).....	61
Tabela 2 - <i>Output</i> SPSS: Análise Fatorial (Questão 8).....	62
Tabela 3 - <i>Output</i> SPSS: Análise Fatorial (Questão 12).....	62
Tabela 4 - <i>Output</i> de Correlação entre Variáveis SPSS.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

AI	Auditoria Interna
COSO	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
ERM	<i>Enterprise Risk Management</i>
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IIA	<i>Institute of Internal Auditors</i>
IPAI	Instituto Português de Auditoria Interna
IPPF	<i>International Professional Practices Framework</i>
ISA	<i>International Standards on Auditing</i>

INTRODUÇÃO

Todas as organizações, independentemente, da sua dimensão, têm como principal finalidade alcançar os seus objetivos previamente delineados. A auditoria interna, desta forma, necessita de se alinhar com os objetivos definidos pelas organizações e, em conjunto, alcançarem a concretização dos mesmos através da elaboração de planos estratégicos. Neste seguimento, pode-se considerar que existe um progresso na eficácia dos procedimentos no interior da organização, proporcionando-lhe o acréscimo de valor.

Com o decorrer dos anos, as organizações ficam com uma maior exposição a um leque variado de riscos existentes no panorama atual. Tendo em linha de conta esta exposição, verifica-se que é cada vez mais pertinente a aplicação correta da auditoria interna, tendo como objetivo primordial a melhoria contínua da gestão nas organizações. Neste contexto, existe uma importância de mitigar o impacto dos riscos existentes, que é cada vez mais elevado nas organizações. Para se alcançar esta segurança, a organização tem de estar consciente e preparada, para enfrentar qualquer ameaça que possa surgir ao longo do seu processo de atuação.

No primeiro capítulo, aborda-se o tema da auditoria interna e da sua importância, tendo em linha de conta os seus principais conceitos. Nesta perspetiva, torna-se imprescindível confrontar a importância desta atividade com a gestão dos riscos empresariais a que uma organização se encontra exposta e de que forma a função de auditoria interna os pode auxiliar, com a aplicação de procedimentos e avaliações elaboradas anteriormente.

O segundo capítulo relativo ao estudo empírico, encontra-se dividido por dois pontos chave que dizem respeito à metodologia de investigação utilizada e à apresentação e interpretação posterior dos resultados obtidos.

Em suma, o contributo da auditoria interna é pertinente para ajudar a garantir um elevado desempenho da gestão dos riscos empresariais. Deste modo, considera-se relevante a análise deste tema, ao longo da presente dissertação, a qual termina com as conclusões, as limitações do estudo e as perspetivas para investigações futuras.

CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA

1. Auditoria Interna

1.1 Conceito de Auditoria

Ao longo dos anos, a definição e função de auditoria têm-se adaptado às mudanças socioeconómicas às quais as organizações se encontram sujeitas. Se inicialmente, o objetivo primordial era a descoberta de enganos e fraudes, atualmente, a auditoria apresenta um campo de ação complexo, considerando-se o papel dos auditores um elo vital na cadeia de demonstrações financeiras, pois revelam um papel de conselheiros fidedignos valorizados pelas organizações (Deloitte, 2021; Tribunal de Contas, 1999).

De acordo com a NP EN ISO 19011 (2019), a auditoria é um processo sistemático, independente e documentado para obter evidência objetiva. Analisando a definição anterior de auditoria, verifica-se, que esta engloba uma vasta área de atuação, dependendo do objetivo da organização a que está associada.

Deste modo, por forma a clarificar o conceito de auditoria, é pertinente apresentar o seu objetivo. Segundo a *International Standards on Auditing (ISA) – 200*, do *International Federation of Accountants (IFAC)*, a auditoria tem a finalidade de elevar o nível de confiança dos *stakeholders* nas demonstrações financeiras. Tendo em vista o alcance do objetivo mencionado anteriormente, é necessário o auditor obter a garantia razoável da fiabilidade nas demonstrações financeiras, tornando-as um todo. Deste modo, pelo trabalho do auditor, estas ficam isentas de distorção material, de erro e de fraude (IFAC, 2009).

1.2 Auditoria Interna

Segundo Alves (2015), o conceito de auditoria interna (AI) tem evoluído ao longo do tempo, maioritariamente nas últimas décadas com o crescimento das organizações, tanto a nível tecnológico como fiscal, criando assim novas necessidades para acompanhar as mudanças da economia mundial. Seguidamente, será abordado o conceito de AI nas perspetivas dos mais variados autores.

Atualmente, o conceito reconhecido pelo Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI) denomina-se como sendo uma atividade independente, de garantia e de consultoria, tendo como finalidade acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização.

Adicionalmente, a AI auxilia a organização a alcançar os seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação (Instituto Português de Auditoria Interna, 2013).

Na perspetiva de Morais e Martins (2013):

“A AI é uma função contínua, completa e independente, desenvolvida na entidade, por pessoal desta ou não, baseada na avaliação do risco, que verifica a existência, o cumprimento a eficácia e a otimização dos controlos internos e dos processos de *Governance*, ajudando-a no cumprimento dos seus objetivos” (p. 10).

No entanto, hoje em dia, é possível conceder vários significados à definição de AI. Taborda (2021) considera que se trata de um processo de julgamento com base na obtenção e análise de evidências apropriadas e suficientes, que fundamentem o parecer do auditor relativamente à conformidade entre determinados procedimentos.

Com a grande evolução tecnológica e económica torna-se cada vez mais evidente a utilização da AI por parte das organizações. De acordo com Hald (1944), citado por Martins (2015), a AI surgiu devido à necessidade sentida pelas organizações e tem vindo a ganhar relevância dentro das mesmas. Segundo o autor, as entidades com maior dimensão, que não contemplam a AI, terão de implementá-la a curto ou médio prazo.

No contexto do valor da AI para as organizações, existem diversos estudos onde se observa que este tema já foi abordado sob várias perspetivas. No entanto, os mesmos têm como ponto comum o acréscimo de valor que a AI possui. Verifica-se assim que a AI visa apoiar as organizações em todas as suas atividades e a diferentes níveis de decisão, bem como auxiliar os diferentes serviços no bom desempenho das suas atribuições e responsabilidades (Pereira, 2021; Pinheiro, 2013; Silva, 2020).

Neste sentido, pode concluir-se que a AI é uma atividade que deve ser exercida de forma independente, pois tem como propósito ajudar e apoiar as organizações a melhorar as suas operações, a reduzir os seus riscos e a alcançarem os seus objetivos. É uma atividade que, mais do que tudo, acrescenta valor às respetivas organizações (Alves, 2015).

1.3 Instituições e Diretivas para a Prática Profissional de AI

Os especialistas que realizem trabalhos análogos, em todo o mundo, requerem um conjunto de padrões que permitam conduzir as suas atividades, práticas e procedimentos,

de forma a se encontrarem em conformidade com um conjunto de padrões reconhecidos de melhores práticas internacionais, a fim de se autodenominarem de profissionais das suas áreas (Moeller, 2009).

Em 1941 foi fundado o *The Institute of Internal Auditors* (IIA), uma associação profissional internacional com sede nos Estados Unidos da América, sendo considerado um marco importante na história da função de AI. Relativamente aos critérios que são geralmente aceites na função do auditor interno, o IIA apresenta um papel relevante, pois auxilia-os a obterem conhecimento desses mesmo critérios (Morais & Martins, 2013, p. 51).

A estrutura conceptual que constitui as informações oficiais promulgadas pelo IIA designa-se *International Professional Practices Framework* (IPPF). O IIA disponibiliza diretrizes oficiais organizadas no IPPF, destinado a membros profissionais e as partes interessadas, a prestarem um serviço de qualidade na área de AI (Frade, 2017).

O IPPF é constituído por orientações obrigatórias e orientações fortemente recomendadas. Nas orientações obrigatórias incluem-se: a definição de AI, código de ética e normas. Quanto às orientações fortemente recomendadas incluem: tomadas de posição, práticas recomendadas e guias práticos (IIA, 2017). Como se pode verificar na figura número 1.

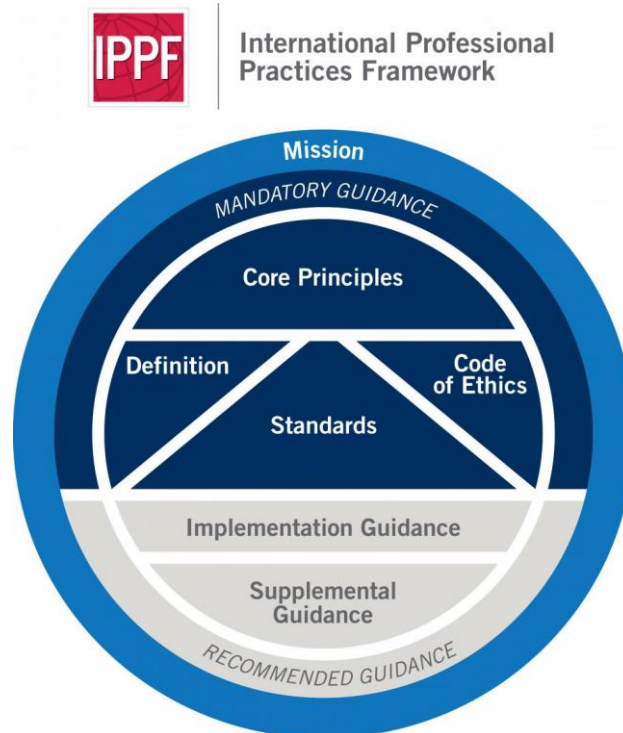


Figura 1 - Orientações do IIA

Fonte: IIA (2017)

Segundo a perspectiva do Instituto Português de Auditoria Interna (2013), as normas internacionais para a prática profissional de AI do IIA são essenciais para fazer face às responsabilidades dos auditores internos e da atividade de AI, uma vez que é exercida em ambientes legítimos e culturais distintos, bem como em organizações diversificadas. Estas normas têm os seguintes objetivos (IIA, 2017):

- Delinear princípios básicos que representam a prática de AI;
- Proporcionar uma estrutura para a execução e promoção de uma AI de valor acrescentado;
- Estabelecer uma base para a avaliação do desempenho na AI;
- Promover a melhoria dos processos e das operações das organizações.

As normas atuais aprovisionam um conjunto de orientações que possibilitam que uma função de AI seja praticada com eficácia e eficiência. A conformidade das normas fica a cargo do auditor, onde estas constituem critérios através dos quais as atividades da AI são avaliadas. Desta forma, as responsabilidades podem ser dadas como cumpridas (Moeller, 2009).

As normas de AI são constituídas pelas Normas de Atributos e as Normas de Desempenho. As Normas de Atributos relacionam-se com as características das entidades que prestam serviços de AI. As Normas de Desempenho descrevem a natureza das atividades de AI e apresentam critérios de qualidade que permitem mensurar o desempenho dos serviços. Tanto as Normas de Atributos, como as de Desempenho destinam-se à totalidade dos serviços da AI (IIA, 2017).

Os serviços de garantia são avaliações objetivas, construídas pelos auditores internos, relativas às evidências necessárias para emitirem opiniões independentes, referentes a uma determinada matéria. A natureza e o âmbito dos compromissos de garantia são delineados pelo auditor interno. Os compromissos de garantia são constituídos por três partes: a pessoa ou grupo diretamente na matéria, o auditor interno e o utilizador da avaliação feita pelo auditor interno (IPAI, 2013).

Os serviços de consultoria são de natureza consultiva e, usualmente, praticados devido à solicitação prévia da entidade e ainda para sustentar as recomendações e sugestões. A natureza e o âmbito dos compromissos de garantia são definidos pelo auditor interno. Estes serviços, geralmente, envolvem duas partes: a pessoa ou grupo que emite o parecer

– o auditor interno, e a pessoa ou grupo que solicita e recebe o parecer – o cliente (IPAI, 2013).

As Normas, em conjunto, com o Código de Ética englobam todos os elementos mandatários da IPPF (IIA, 2017). Posto isto, será abordado no ponto seguinte o Código de Ética aplicável aos auditores internos no cumprimento da sua profissão e das atividades de AI.

1.4 Código de Ética

O Código de Ética tem como finalidade, fomentar uma cultura de ética na profissão de AI, aplicando-se a entidades e indivíduos que prestem serviços de auditoria. Os auditores internos deverão aplicar e respeitar os seguintes princípios e regras de conduta (IPAI, 2013):

Integridade – A integridade dos auditores internos, provoca confiança nos seus trabalhos. Esta confiança é alcançada no momento em que os auditores internos executam o seu trabalho com honestidade, diligência e responsabilidade. Por este motivo, têm de agir em conformidade com as leis e a obrigação de recusarem a sua participação em atos que desacreditem a profissão, respeitando e contribuindo para os objetivos legítimos e éticos da organização.

Objetividade – Esta regra de conduta apenas é atingida quando os auditores internos não são influenciados por interesses particulares ou sugestões alheias. Estes devem desempenhar as suas funções de forma objetiva e, não participar em situações que comprometam o seu julgamento profissional. Têm como dever a divulgação de todos os factos e matérias que tenham conhecimento, pois caso não sejam divulgados podem comprometer e distorcer a informação das atividades acima apresentadas.

Confidencialidade – Os auditores internos devem respeitar o valor e a propriedade da informação que têm acesso. Esta informação apenas pode ser divulgadas com a antecipada autorização, salvo exceções em que se verifique uma obrigação legal ou profissional. A informação jamais poderá ser utilizada em benefício próprio, tendo os auditores, como regra de conduta, o cuidado de serem prudentes na sua utilização.

Competência – Esta regra de conduta deve ser aplicada no desempenho da atividade de qualquer auditor interno. Estes profissionais deverão apenas aceitar serviços se possuírem o conhecimento, a experiência e a capacidade necessária. Os auditores internos devem

prestar os seus serviços de acordo com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de AI.

1.5 Métodos de Auditoria

Os métodos e as técnicas são dois conceitos distintos, tendo conotações diferentes. Os métodos são os processos racionais e direcionados de acordo com normas específicas que hão de dirigir o auditor ao resultado pretendido. As técnicas são os meios ou as ferramentas que o auditor utiliza na execução do seu trabalho as quais lhe permitem formar opinião (Tribunal de Contas, 1999).

Devido ao elevado volume das operações elaboradas pelas empresas, bem como à sua complexidade, é necessário que as técnicas de auditoria específicas sejam desenvolvidas e aplicadas por meio de provas seletivas, testes e amostragem. No decorrer da sua atividade laboral, o auditor recorre assim a um vasto conjunto de procedimentos que o auxiliam na constituição de um parecer e que diferem consoante o tipo de trabalho a realizar, os quais se podem classificar como gerais ou específicos (Barreto, 2017).

De acordo com Teixeira (2006), os procedimentos gerais têm aplicação em várias fases da execução do trabalho e contêm as seguintes técnicas de verificação: inspeção, observação, entrevista, confirmação, análise e cálculo.

A opinião do auditor deve ser baseada em factos comprovados, evidências factuais e informações irrefutáveis. Tendo em vista o alcance desta opinião o auditor precisa de avaliar cada elemento quanto à sua objetividade, importância, validade e fiabilidade (Teixeira, 2006).

Em suma, qualquer que seja o objetivo do auditor e da entidade responsável, a auditoria segue-se sempre por fases sequenciais, independentemente do seu tipo. Para se alcançar o respetivo sucesso é essencial a observação (Christ *et al.*, 2021).

1.6 Fases da Auditoria

Por forma a que exista um processo adequado de auditoria, os auditores internos devem-se guiar pelas seguintes fases expostas e analisadas (Morais & Martins, 2013, p. 142):

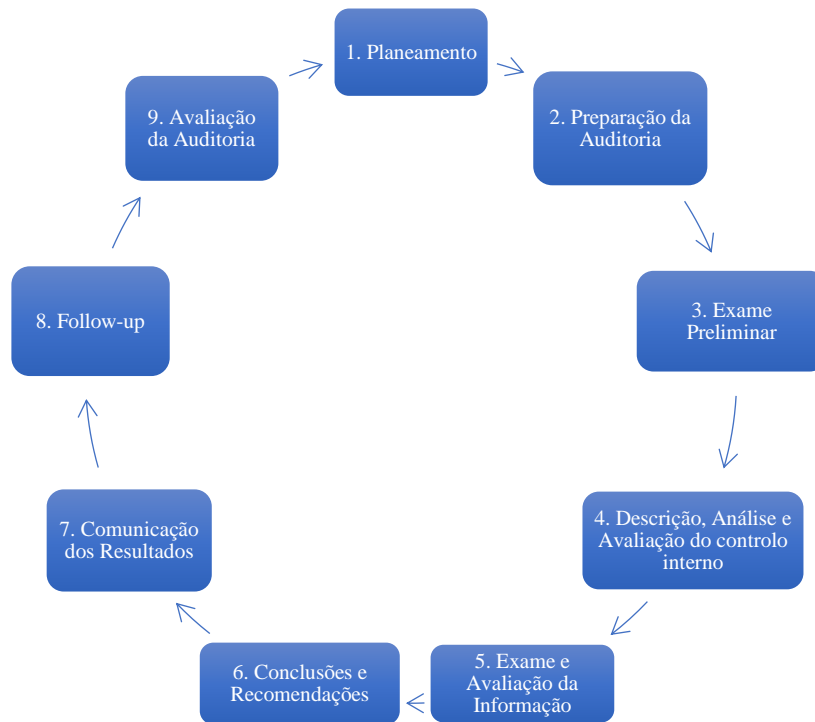


Figura 2 – Fases da AI

Fonte: Adaptado de Morais e Martins (2013, p. 143)

1.6.1. Planeamento

A fase do planeamento é primordial e extremamente importante para que a auditoria possa atingir os seus objetivos. Esta permite a elaboração de exames adequados e eficientes, independentemente de qualquer acontecimento imprevisível, para que os objetivos de auditoria se realizem em tempo expectável. Nesta fase, detetam-se os principais fatores de risco associados à organização, para que o trabalho de auditoria seja devidamente organizado e gerido, a fim de ser executado de uma maneira eficaz e eficiente (Morais & Martins, 2013, p. 144).

A aprovação do plano global de auditoria é um elemento-chave que deve ser claro e preciso. Este deve incluir o âmbito e a natureza da auditoria, a sua calendarização os objetivos, os critérios e a metodologia a utilizar e todos os elementos detalhados imprescindíveis para a sua elaboração.

De acordo com a ISA 300 do IFAC, designada planear uma auditoria de demonstrações financeiras, o primordial objetivo de um planeamento de auditoria visa o estabelecimento de uma estratégia abrangente que define o âmbito, a oportunidade e a direção dessa

mesma auditoria. Relativamente, ao objetivo mencionado pela referida norma, o auditor executa o planeamento da auditoria aferindo se esta é elaborada com eficácia.

Na perspetiva de Teixeira (2006), a fase do planeamento da auditoria ajuda o auditor a cumprir os seguintes objetivos:

- Garantir que o auditor concentre a sua atenção em áreas relevantes da auditoria;
- Identificar e resolver potenciais problemas;
- Organizar e gerir devidamente o trabalho de auditoria;
- Distribuir e coordenar o trabalho entre os seus membros de equipa.

1.6.2. Preparação da Auditoria

A preparação da auditoria abarca um programa de trabalho, no qual está detalhado um plano com as práticas comuns de auditoria e da avaliação, fundamentadas nas normas estabelecidas pela organização e normas internacionais de AI. O programa de auditoria tem como propósito orientar e ser um guia para a obtenção do trabalho de AI (Morais & Martins, 2013, p. 145).

1.6.3. Exame Preliminar

Nesta fase o auditor deve obter conhecimento da entidade ou área sujeita a auditoria. Para atingir esse fim, o auditor poderá ter de efetuar observações, reuniões, recolha de documentação e deslocações. Esta etapa permite ao auditor conhecer as pessoas, a natureza das operações, o ambiente de trabalho, entre outros. É também nesta etapa que deverá haver uma reunião, no local a auditar, com o responsável da área sujeita a auditoria, com o intuito de realizar um primeiro esboço do trabalho a efetuar (Morais & Martins, 2013, p. 155).

1.6.4. Descrição, Análise e Avaliação do Controlo Interno

Antes de se realizar a AI, é necessário realizar verificações e análises minuciosas dos procedimentos e sistemas de controlo da entidade, de modo a avaliar se os objetivos estão alinhados, minimizando o risco.

A AI estuda e avalia o controlo interno existente em cada área, de forma a adotar os procedimentos mais adequados a aplicar, independentemente, da complexidade dos

sistemas e procedimentos da área selecionada e da informação, tanto financeira como não financeira (Morais & Martins, 2013, p. 156).

1.6.5. Exame e Avaliação da Informação

O exame e avaliação da informação é realizado após avaliação do controlo interno, do risco e do reajuste do programa preliminar de auditoria. O auditor interno possui a capacidade de decidir se analisa somente uma amostra ou o universo completo, com vista à realização de testes (Morais & Martins, 2013, p. 158).

Segundo Moraes e Martins (2013, p. 159), os procedimentos de auditoria são executados consoante a análise e confrontação dos mesmos, entre a informação financeira e não financeira. Todo este processo permite efetuar uma avaliação eficiente e eficaz da informação.

1.6.6. Conclusões e Recomendações

Na perspetiva de Moraes e Martins (2013, p. 159), o auditor interno está preparado para efetuar as conclusões e executar as recomendações quando detém prova suficiente e adequada, por forma a integrar a eficácia dos sistemas de controlo interno e do risco. Em suma, todo este processo apenas é possível após a realização do exame e avaliação da informação mencionados no ponto anterior.

1.6.7. Comunicação dos Resultados

De acordo com Moraes e Martins (2013, p. 160), o processo da comunicação dos resultados é uma declaração formal, em que o auditor apresenta à direção, a conclusão direta da sua base de dados, decorrente dos resultados obtidos nos pontos anteriores.

Objetivos do Relatório:	Reportar a informação necessária e relevante
	Fornecer um relato permanente, global e coerente
	Identificar com clareza as melhorias necessárias à entidade
	Induzir os destinatários para a necessidade da implementação das recomendações
	Apresentar, de forma convicta, o trabalho de AI
	Avaliar o trabalho do auditor

Figura 3 - Objetivos do relatório de auditoria

Fonte: Adaptado de Moraes e Martins (2013, p. 161)

Atualmente, a AI confronta-se com novos desafios de relato, pois acompanha a exigência dos organismos reguladores, profissionais e da própria entidade. O desenvolvimento do ciclo completo de uma auditoria, apenas é possível com recurso ao uso de ferramentas tecnológicas avançadas. Este ciclo engloba todas as fases desde o planeamento, execução, elaboração dos relatórios, *follow-up* das recomendações e avaliação da auditoria (Morais & Martins, 2013, p. 172).

1.6.8. Follow-up da AI

A norma para a Prática de AI que está relacionada com os *Follow-up* é a 2500 – Monitorização do Progresso, do IIA.

O processo de *Follow-up* tem como finalidade avaliar o grau de implementação das recomendações levadas a cabo pelo Órgão de Gestão, relativamente às recomendações identificadas nas ações de auditoria (Pinheiro, 2014).

Na perspetiva de Morais e Martins (2013, p. 173) consideram que esta fase, do *Follow-up*, é o que distingue a auditoria interna da externa. Uma vez que a Comunicação dos Resultados é onde acaba o trabalho do auditor externo, enquanto o auditor interno prossegue com o processo, acompanhando a implementação das recomendações efetuadas.

1.6.9. Avaliação da Auditoria

Esta fase realiza-se, usualmente, durante uma reunião entre os auditores envolvidos no trabalho, o supervisor designado para a auditoria e o responsável da atividade de AI. Estas avaliações acrescentam valor quando existe, permanentemente, um controlo de qualidade eficaz. Outro ponto pertinente, refere-se à avaliação que deve ser efetuada enquanto a AI ainda está bem presente na equipa de trabalho (Morais & Martins, 2013, p. 190).

Tendo em linha de conta Morais e Martins (2013, p. 190), as autoras indicam que o processo de auditoria encontra-se finalizado após a avaliação e apreciação da auditoria na sua globalidade.

1.7 A Importância da Auditoria Interna na Organização

A AI desempenha um papel de grande relevância para a gestão das organizações, na medida em que consiste numa ferramenta que apoia a gestão. A função de AI suporta a

gestão na tomada de decisões, tendo em vista a agregação de valor e a condução da organização à concretização dos seus objetivos (Marçal & Marques, 2011, p. 70).

De acordo com um artigo de publicação do IIA em 2019, designado *Harnessing the power of internal audit*, o papel da AI nas organizações consiste em ajudar a administração a proteger e melhorar os ativos, garantir a reputação e a sustentabilidade da organização. A AI pode fornecer garantia de forma independente, sobre a gestão dos riscos da organização e se os seus processos de governação estão a operar eficazmente. Os auditores internos que seguem o IPPF trazem rigor técnico à sua garantia de atividades (IIA, 2019).

Segundo Lajoso (2005, p. 11), considera que a AI fornece análises, apreciações, perspetivas, recomendações, resultados, sugestões e informações relativas às atividades examinadas. A necessidade da existência da função de auditoria reside na necessidade de conseguir monitorizar a eficácia e eficiência do sistema implementado nas diversas áreas de atividade, de forma a possibilitar que a função de liderança possa validar, consolidar ou alterar a sua estratégia.

Para um favorável desempenho da função do auditor interno e, conseqüentemente, para a utilidade do serviço prestado, a independência na realização das ações é uma questão fundamental. Desta forma, o conceito de AI e independência do auditor são considerados como fatores essenciais para a qualidade de uma auditoria. Neste seguimento, para se alcançar um bom desempenho organizacional, a independência do auditor é um fator-chave para assegurar que as informações prestadas são fidedignas (Marques, 1997, p. 60).

Em suma, existem vários autores que consideram que a função de AI numa organização é essencial para a sobrevivência das empresas. A AI não tendo a competência de tomar decisões de gestão, tem a possibilidade de auxiliar a gestão no que diz respeito a decisões de natureza operacional, de investimento e de financiamento (Silva, 2020).

2. Gestão do Risco

2.1 Definição de Risco

A definição de risco pode estar associada a “perigo, inconveniente ou fatalidade muito possível de efetivar-se”, segundo o dicionário de Língua Portuguesa.

De modo a poder proceder-se para uma abordagem da gestão do risco, considerou-se como relevante iniciar com uma breve introdução do conceito de risco.

O risco é definido, tradicionalmente, como a probabilidade de que algo esperado e desejado não aconteça ou, adicionalmente, que algo indesejado aconteça (Blatt, 1999).

De acordo com Chapman (2011), o risco tem duas leituras: o risco de sucesso ou insucesso. É importante para o sucesso de uma organização a análise ao risco e a sua aceitação. Uma empresa é competitiva se demonstrar capacidade de ser bem-sucedida tendo em conta os riscos e os acontecimentos inesperados a que se encontra exposta.

Para a *Federation of European Risk Management Associations* (FERMA) o risco é determinado como a combinação da probabilidade de um acontecimento e das suas consequências (Soares, 2018). Quanto à norma portuguesa NP ISO 31000 (2018) define o risco como efeito da incerteza sobre os objetivos da organização.

Para Beja (2004), o *Risk Management* tem como objetivo auxiliar as organizações através da sua abordagem ampla e sistemática, identificar eventos, medindo-os e priorizando-os, tendo como finalidade responder aos desafios que o risco provoca nas entidades. Desta forma, as entidades conseguem prever o nível de risco que lhe está afeto e conseguem procurar criar valor para os investidores tendo por base esta prévia análise de risco.

O objetivo primordial da análise do risco nas organizações é a prevenção e a identificação de potenciais cenários de risco, que através da utilização de determinados conjuntos de técnicas de análise vão permitir a elaboração de planos que eliminam ou minimizam para um nível aceitável, os riscos. Esta análise é aplicada sempre que se verifique a necessidade de fazer um ponto de situação, dentro de uma organização para, por exemplo, verificar se os objetivos definidos estão a ser alcançados (Bowen & Edwards, 2005).

2.2 Modelos de Gestão de Risco Empresarial

Existem vários modelos de gestão de risco empresarial, os que apresentam maior evidência são os seguintes:

- Norma de Gestão de Riscos da FERMA: *Risk Management Standard* emitida pela *Federation of European Risk Management Associations* em 2002;
- Norma de Gestão de Riscos Australiana AS/NZS 4360 – *Risk Management Guidelines* em 2004;
- NP ISO 31000 da *International Organization for Standardization* em 2018;
- ERM – *Enterprise Risk Management* emitida pelo COSO em 2017.

2.2.1 Norma de Gestão de Riscos da FERMA

A FERMA é uma federação sem fins lucrativos com sede em Bruxelas, formada em 1974. Esta reúne 22 associações de gestão de risco em 21 países europeus, representando cerca de 5.000 gerentes de risco profissionais ativos numa ampla gama de setores empresariais (FERMA, 2017).

De acordo com Soares (2018), o modelo proposto pela FERMA procurou utilizar, sempre que possível, a terminologia utilizada no *Guide 73 Risk Management – Vocabulary – Guidelines for use in standards* da ISO.

Segundo FERMA (2003), conforme apresentado na figura 4, a gestão de riscos protege e acrescenta valor à organização, possibilitando ainda:

- Criar uma estrutura que permita que a atividade futura se desenvolva de forma consistente e controlada;
- Melhorar a tomada de decisões, do planeamento e da definição de prioridades, através da interpretação abrangente e estruturada da atividade do negócio, da volatilidade dos resultados, das oportunidades e das ameaças;
- Contribuir para uma gestão eficiente do capital e dos recursos;
- Reduzir a volatilidade em áreas de negócio não essenciais;
- Proteger e melhorar os ativos e a imagem da organização;
- Desenvolver o conhecimento dos colaboradores e da entidade;
- Otimizar a eficiência operacional.



Figura 4 - Processos de Gestão de Riscos

Fonte: FERMA (2003)

2.2.2 Norma de Gestão de Riscos Australiana AS/NZS 4360

Esta norma fornece orientações genéricas para a gestão do risco e, nesse sentido, pode ser aplicada a uma ampla gama de atividades, decisões ou operações de qualquer empresa pública, privada ou comunitária e em todas as etapas da vida de uma atividade, função, projeto, produto ou ativo (Australian/New Zealand Standard, 2004).

O objetivo desta norma reside no facto de providenciar orientações às diferentes organizações, tendo em vista a possibilidade de adquirir uma base segura na tomada das suas decisões e na realização do seu planeamento. Permite ainda identificar oportunidades e ameaças, tirar proveito das incertezas, utilizar os recursos disponíveis de forma mais eficiente, reduzindo perdas e custos, além de permitir melhorar a segurança e confiança de todos os *stakeholders* e melhorar o governo corporativo (Australian/New Zealand Standard, 2004; Ferreira, 2010).

2.2.3 NP ISO 31000: Gestão do risco – Linhas de orientação

A ISO designada por *International Organizations for Standardization* tem como propósito a publicação/definição de *standards* internacionais. A norma portuguesa ISO 31000 designada gestão do risco – princípios e linhas de orientação, tem como objetivo fornecer linhas de orientação na gestão do risco para as organizações, onde o campo de aplicação das linhas de orientação pode ser adaptado a qualquer organização e ao seu contexto (NP ISO 31000, 2018).

O documento NP ISO 31000 fornece uma abordagem comum à gestão de qualquer tipo de risco e não é exclusivo de nenhuma indústria ou setor. De acordo com Soares (2018), a ISO 31000 tem como grande mais-valia a definição de conceções que auxiliam a resolver certos dilemas que surgem nas organizações.

2.2.4 ERM - Enterprise Risk Management

Em 2004, *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) publicou o modelo de gestão de riscos designado *Enterprise Risk Management – Integrated Framework*. Este modelo surge como resposta a uma necessidade de orientação baseada em princípios que visam ajudar as entidades a projetar e a implementar abordagens eficazes em toda a empresa na gestão do risco (COSO, 2021).

O ERM não substitui o modelo de controlo interno (ICIF - *Internal Control Integrated Framework*) desenvolvido pelo COSO em 1992, mas incorpora-o, de forma a possibilitar que as organizações adotem este modelo para suprirem as necessidades do seu sistema de controlo interno, desenvolvendo-se assim um processo de gestão de risco (Reis, 2019).

O modelo ERM COSO inclui mais uma categoria de objetivos, designada por objetivos estratégicos que operam a um nível superior em relação a outros objetivos e que resultam da missão ou visão da organização com as quais deveriam de estar alinhados os objetivos operacionais, de informação e de cumprimento, além de incluir o conceito de apetite ao risco e tolerância ao risco (Soares, 2018).

O modelo de gestão de risco proposto pelo COSO ERM – *Integrated Framework* é composto por oito componentes e quatro categorias de objetivos. Estes objetivos são classificados em: estratégia, operações, comunicação e conformidade.

Existe uma relação direta entre os objetivos que revelam o que uma entidade se esforça por alcançar, e componentes de gestão de risco empresarial que representam o que é necessário para os alcançar. A relação é representada numa matriz tridimensional, sob a forma de um cubo, como se pode observar na figura a seguir (COSO, 2004).

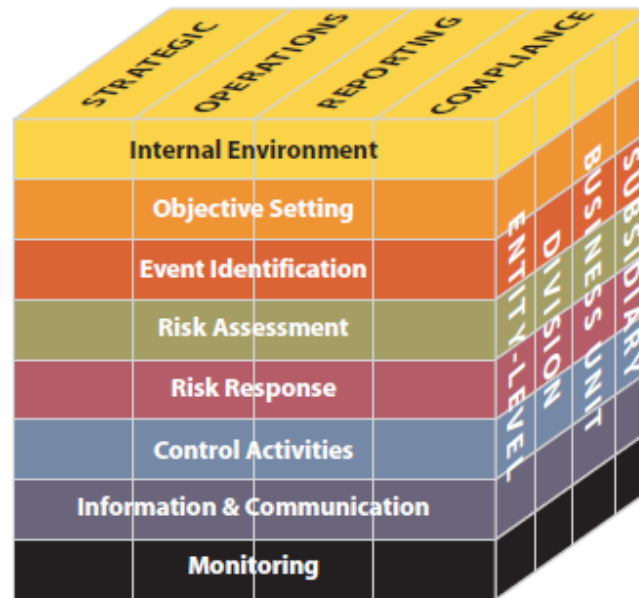


Figura 5 - Cubo ERM

Fonte: ERM - *Integrated Framework* (2004)

Os componentes da gestão de risco enunciados pelo modelo proposto pela COSO em 2004 são os seguintes:

- **Ambiente Interno:** onde se estabelece a base de como o risco é visto e tratado pelas pessoas da entidade. Abrange ainda a filosofia da gestão do risco e apetite de risco, integridade e valores de ética e o ambiente em que operam.
- **Definição de Objetivos:** os objetivos devem estar definidos antes da gestão poder identificar potenciais eventos que afetem a sua concretização.
- **Identificação de Eventos:** devem ser identificados os eventos internos e externos que afetam a realização de objetivos de uma entidade, de forma a distinguir entre riscos e oportunidades.
- **Avaliação do Risco:** os riscos são analisados consoante a sua probabilidade e impacto.

- **Resposta ao Risco:** para que se possam desenvolver ações para mitigar o risco, a gestão deve definir as respostas ao risco que obedecem às seguintes possibilidades: evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco.
- **Controlo das Atividades:** as políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para ajudar a assegurar que as respostas ao risco são levadas a cabo.
- **Informação e Comunicação:** a informação relevante é recolhida, armazenada e comunicada de uma forma e num prazo que permita às pessoas levar a cabo as suas responsabilidades.
- **Monitorização:** a totalidade da gestão do risco empresarial deve ser monitorizada.

O COSO em 2017 publica a sua nova versão atualizada da sua estrutura de gestão de riscos, denominada *Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance*, onde destaca a importância de considerar os riscos tanto no processo de estabelecimento da estratégia quanto na condução no desempenho da execução da organização (COSO, 2017).



Figura 6 - Componentes COSO

Fonte: ERM COSO - *Integrating with Strategy and Performance* (2017)

O COSO *Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance* de 2017 define 5 componentes, tais como:

1. **Governança e Cultura:** a governança define o tom da organização, reforçando a importância e instruindo responsabilidades de supervisão para a gestão de riscos corporativos. A cultura diz respeito aos valores éticos, comportamentos desejados e compreensão do risco na entidade.

2. **Estratégia e definição de objetivos:** gestão de risco empresarial, estratégia e definição de objetivos atuam em conjunto no processo de planeamento estratégico. Um apetite de risco é estabelecido e alinhado com a estratégia; os objetivos de negócio colocam a estratégia em prática ao mesmo tempo que servem como base para identificar, avaliar e responder ao risco.
3. **Desempenho:** os riscos que podem ter impacto na realização da estratégia e nos objetivos de negócio necessitam de ser identificados e avaliados. Os riscos são priorizados por gravidade em contexto do apetite pelo risco. A organização seleciona as respostas aos riscos e assume uma visão consolidada do portefólio e do montante total dos riscos assumidos. Os resultados desse processo são relatados aos principais *stakeholders*.
4. **Revisão e análise:** ao analisar o desempenho da entidade, uma organização pode considerar quão bem os componentes de gestão de risco da empresa estão a funcionar ao longo do tempo e à luz das mudanças substanciais, e quais as revisões necessárias.
5. **Informação, comunicação e divulgação:** a gestão de risco empresarial requer um processo contínuo de obtenção e partilha das informações necessárias, de fontes internas e externas, originadas pelas diversas camadas e processos de negócio da organização.

Os cinco componentes da estrutura atualizada são suportados por um conjunto de princípios que possuem um vasto alcance, desde a governação até à monitorização. Estes são administráveis em tamanho e descrevem práticas que podem ser aplicadas de diferentes maneiras para diferentes organizações, independentemente, do tamanho, tipo ou setor. A adesão a estes princípios pode fornecer à administração e ao conselho uma razoável expectativa de que a organização entenda e se esforce para gerir os riscos associados à sua estratégia e objetivos de negócio (COSO, 2017). Estes princípios são definidos como:

1. **Exercícios de supervisão de risco do conselho:** O conselho de administração supervisiona a estratégia e realiza responsabilidades de governação para apoiar a gestão no cumprimento da estratégia e objetivos de negócios.
2. **Estabelece estruturas operacionais:** A organização estabelece estruturas operacionais na busca da estratégia e dos objetivos do negócio.

3. **Define a cultura desejada:** A organização define os comportamentos desejados que caracterizam a cultura ambicionada pela entidade.
4. **Demonstra compromisso com os valores fundamentais:** A organização demonstra um compromisso aos valores fundamentais da entidade.
5. **Atrai, desenvolve e mantém indivíduos capazes:** A organização está comprometida em construir capital humano em alinhamento com a estratégia e os objetivos de negócios.
6. **Analisa o contexto de negócios:** A organização considera potenciais efeitos do contexto empresarial no perfil de risco.
7. **Define o apetite pelo risco:** A organização define o apetite pelo risco no contexto da criação, preservação e da realização de valor.
8. **Avalia estratégias alternativas:** A organização avalia estratégias alternativas e o seu impacto potencial no perfil de risco.
9. **Formula objetivos de negócios:** A organização considera o risco ao estabelecer os objetivos de negócios, em diversos níveis que alinham e apoiam a estratégia.
10. **Identifica o risco:** A organização identifica o risco que afeta o desempenho da estratégia e dos objetivos de negócios.
11. **Avalia a gravidade do risco:** A organização avalia a gravidade do risco.
12. **Prioriza os riscos:** A organização prioriza os riscos como base para a seleção de respostas aos riscos.
13. **Implementa respostas aos riscos:** A organização identifica e seleciona as respostas aos riscos.
14. **Desenvolve a visão do portefólio:** A organização desenvolve e avalia uma visão do portefólio de risco.
15. **Avalia mudanças substanciais:** A organização identifica e avalia as mudanças que podem afetar substancialmente a estratégia e os objetivos de negócios.
16. **Analisa riscos e desempenho:** A organização analisa o desempenho da entidade e considera o risco.
17. **Busca a melhoria na gestão de riscos empresariais:** A organização busca melhoria da gestão de riscos corporativos.
18. **Alavancagem dos sistemas de informação:** A organização aproveita as informações e sistemas de tecnologia da entidade para apoiar a gestão de riscos corporativos.

19. **Comunica informações de risco:** A organização usa canais de comunicação para apoiar a gestão de risco empresarial.
20. **Relatórios sobre risco, cultura e desempenho:** A organização relata sobre o risco, cultura e desempenho em vários níveis e em toda a atividade.



Figura 7 - Princípios COSO

Fonte: COSO ERM - *Integrating with Strategy and Performance* (2017)

Em suma, as organizações certamente que vão continuar a enfrentar um futuro de imensa volatilidade, complexidade e ambiguidade. A gestão do risco das entidades será uma parte fundamental da forma como uma organização é gerida e prospera ao longo da linha temporal. Se a entidade se mantiver consistente, os benefícios originários da gestão de risco excedem em muito os investimentos e esta fornecerá confiança na sua capacidade de lidar com o futuro (Soares, 2018).

2.3 O Risco no Processo de Auditoria Interna

A AI detém um papel fundamental na estrutura da gestão do risco de uma organização. Recorrendo-se assim, com elevada frequência ao envolvimento dos auditores internos no processo de gestão do risco, assumindo estes um papel de parceiros de negócio, em detrimento de uma atitude de fiscalização (Castanheira, 2007).

De acordo com Teixeira (2006), as atuais realidades das organizações contêm ambientes instáveis e competitivos, nas quais se observa o uso de tecnologias extremamente sofisticadas e com ciclos de vida mais curtos. Esta conjectura aumenta o risco nas organizações, pelo que se torna cada vez mais evidente a necessidade das organizações possuírem mecanismos de gestão de risco fiáveis que possam detetar, analisar, mensurar e monitorizar riscos.

A IIA decidiu emitir em 2009 um artigo sobre a sua posição relativamente ao tema do papel da AI na gestão do risco. Assim o IIA (2009) considera que a principal função da AI, com relação ao ERM, é o de fornecer garantia objetiva ao conselho sobre a eficácia da gestão do risco. O IIA (2009) afirma ainda que as duas formas da AI fornecer valor para uma organização consistem em fornecer garantia objetiva de que os principais riscos de negócio estão a ser geridos de forma adequada e de fornecer garantia de que a gestão do risco e o controlo interno estão a operar de forma eficaz.

Segundo o mesmo artigo publicado pelo IIA (2009), este apresenta uma figura que exhibe uma vasta gama de atividades de ERM, indicando quais as funções que uma atividade profissional de AI deve ou não assumir (figura 8).

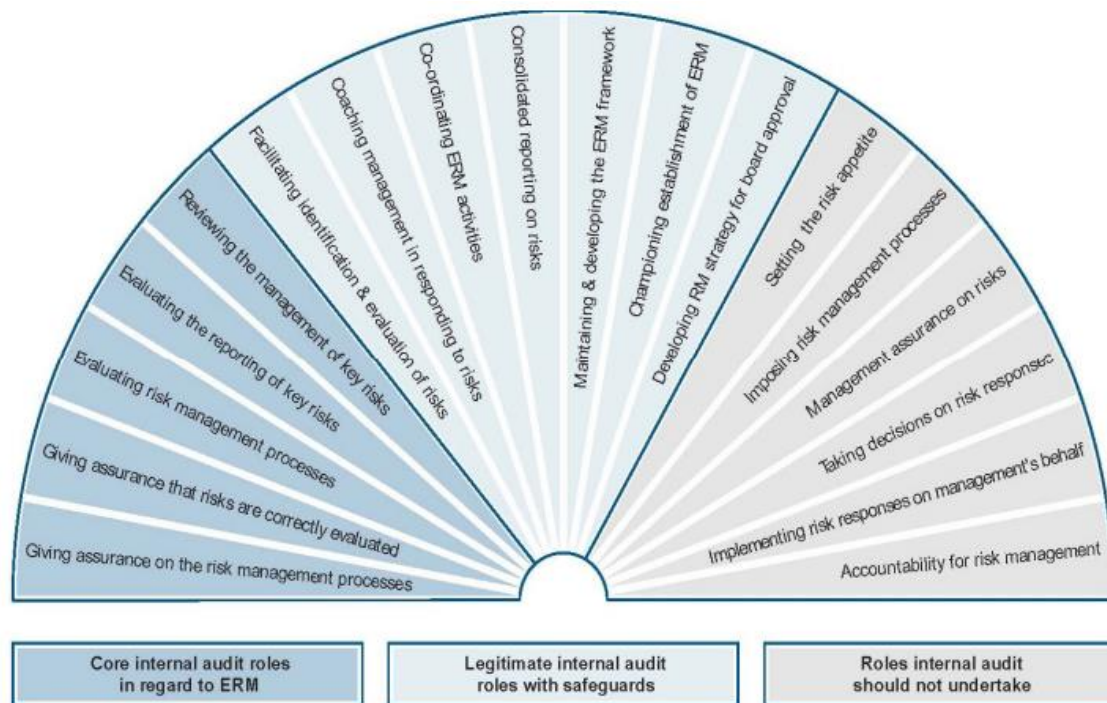


Figura 8 - Papel da AI na gestão do risco

Fonte: : IIA (2009)

Segundo o IIA (2009), torna-se necessário ter em consideração os principais fatores ao determinar o papel da AI, sendo estes, verificar se existem ameaças à independência e objetividade da atividade de AI e analisar a probabilidade de melhorar a gestão do risco da organização, controlo e processo de governação.

Concluindo, num ambiente competitivo e de instabilidade, uma organização que detenha uma gestão de risco eficaz apresenta maiores vantagens competitivas, face a organizações com uma gestão de risco menos competente (Marshall, 2020).

3. Estudos Empíricos relativos à Auditoria Interna e à Gestão do Risco

Nos últimos anos tem-se vindo a observar a existência de um progressivo interesse no âmbito da AI e da gestão do risco, neste sentido verifica-se cada vez mais um aumento de estudos científicos relativos a estas temáticas.

Neste seguimento, elaborou-se o quadro 1, que visa uma sistematização da literatura de diversos estudos relevantes que foram publicados e validados na comunidade científica nesta área, que servirão de reflexão e suporte para o desenvolvimento desta dissertação. No presente quadro verifica-se um *gap* de oito anos entre 2011 e 2019, pois considera-se que o estudo de Stewart *et al.* (2011) apresenta um carácter relevante para o tema.

Quadro 1 - Estudos empíricos mais recentes e relevantes na AI e gestão do risco

Autor/Ano	Amostra	Forma de pesquisa	Fatores investigados	Resultados
Demeke & Kaur (2021)	121 questionários respondidos de auditores internos de 18 Instituições Públicas do Ensino Superior da Etiópia	Questionário e entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - A relação entre o apoio da administração e o efeito significativo na eficácia da AI; - O efeito da qualidade dos auditores internos e a sua competência na eficácia da AI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Auditores internos competentes são determinantes na qualidade da AI ; - O apoio da administração, a independência organizacional e a objetividade dos auditores internos têm efeito insignificante na avaliação dos auditados e na qualidade da auditoria; -A independência da função de AI, perante os <i>stakeholders</i>, não apresenta um resultado significativo; - Auditores internos competentes, estatuto de AI e a qualidade do trabalho de AI são cruciais e determinantes nas instituições estudadas.
Abdurrahman <i>et al.</i> (2020)	165 empresas não financeiras listadas na Bolsa de Valores de Kuala Lumpur (Malásia)	Análise dos conteúdos das empresas	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar o comportamento da função de AI devido à adoção do ERM; 	<ul style="list-style-type: none"> - A AI e o comité de auditoria são a favor da adoção do ERM; -Uma organização que detenha a função de AI tem maior probabilidade de promover um sistema de gestão de risco; - A AI desempenha um papel importante no desenvolvimento e implementação do ERM.

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

Alzeban (2020)	119 empresas listadas na bolsa de valores na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos.	Questionário	<ul style="list-style-type: none"> - O papel desempenhado pelos comités de auditoria em aumentar a eficácia da AI; - O efeito da independência, da competência e do tamanho da AI no desempenho da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> - A relação da AI com o desempenho organizacional resulta da experiência e independência do comité de auditoria; - Uma boa interação entre o auditor interno e o comité de auditoria resulta num maior desempenho organizacional; - A AI melhora o desempenho organizacional e ajuda as organizações a atingirem os seus objetivos.
DeSimone <i>et al.</i> (2020)	A fonte de dados é o banco de dados <i>Common Body of Knowledge in Internal Auditing</i> (CBOK 2015) desenvolvido pelo <i>Institute of Internal Auditors Research Foundation</i> (The IIAIRF) em 2015. Foram analisadas as respostas de uma amostra de 2.019 de chefes executivos de auditoria de organizações de diversos tamanhos e em diversos setores.	Análise das respostas obtidas da pesquisa do CBOK (2015)	<ul style="list-style-type: none"> - As funções de AI que estão envolvidas no processo de gestão de risco têm maior propensão a envolverem-se em auditorias de sustentabilidade; - Organizações em indústrias ambientalmente mais sensíveis têm maior propensão a envolver as suas funções de AI em auditorias de sustentabilidade; - As organizações que divulgam um relatório de sustentabilidade são mais propensas a envolverem as suas funções de AI na garantia de sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - O envolvimento da função de AI na avaliação de risco está significativamente e positivamente associado à realização de auditorias de sustentabilidade; - As funções de AI cujas organizações operam em auditorias ambientalmente sensíveis e maiores são significativamente mais propensas a se envolver em auditorias de sustentabilidade; - As organizações que divulgam um relatório de sustentabilidade são significativamente mais propensas a envolverem-se nas suas funções de AI em auditorias de sustentabilidade.
Cornejo <i>et al.</i> (2019)	123 empresas espanholas listadas no período 2008 a 2014.	Análise do conteúdo dos Relatórios de Governo da Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - A relação da qualidade do sistema ERM com a reputação; - Análise do efeito do comité de auditoria na reputação corporativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - A independência do comité de auditoria melhora a reputação corporativa através do sistema ERM; - A AI transmite maior segurança perante os <i>stakeholders</i>; - Fornece evidências de que os sistemas de ERM são plataformas para gerir reputações corporativas; - Sugere a importância do comité de auditoria como supervisor do sistema de ERM.

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

Stewart <i>et al.</i> (2011)	A população de membros que estão registados como Auditores Internos Certificados na Austrália. Com 39% de taxa de resposta de um total de 300 que cumprem o requisito, originou 117 questionários.	Questionário	<ul style="list-style-type: none"> -A percepção da disposição dos auditores internos em relatar uma falha nos procedimentos de risco ao comité de auditoria; - A utilização do ERM nas organizações; - A responsabilidade atual e ideal da AI. 	<ul style="list-style-type: none"> - O estudo indica que um alto envolvimento no ERM afeta as percepções da disposição dos auditores internos de relatar uma falha nos procedimentos de risco ao comité de auditoria; - A AI deve estar envolvida com o processo de gestão de risco; - A maioria das organizações adotou recentemente o ERM; - Os auditores internos estão envolvidos em atividades de garantia de ERM, mas alguns também se envolvem em atividades que podem comprometer a objetividade.
------------------------------	--	--------------	---	---

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO

4. Metodologia de Investigação

4.1 Enquadramento metodológico

Nos tempos atuais em que o mundo enfrenta uma pandemia mundial, que teve um elevado impacto económico, as organizações deparam-se com um paradigma que as levou a abraçar o inesperado. De acordo com a IIA, o resultado desta situação originou uma maior consciencialização, por parte das organizações, relativamente às fraquezas da gestão do risco, tornando-as mais ágeis e resilientes. Paralelamente, colocou a AI numa posição que lhe permite fornecer um valor mais amplo a essas organizações (IIA, 2021).

Neste sentido, elabora-se um estudo empírico com o objetivo de retirar conclusões sobre o contributo da AI na gestão do risco nas empresas do setor privado da região centro de Portugal. Este capítulo considera-se essencial para a obtenção adequada de respostas às questões de investigação e respetivas hipóteses formuladas, posteriormente referidas no ponto 4.3 (Fortin, 2000).

De acordo com Sousa e Batista (2011), a metodologia de investigação compreende-se como sendo um processo de seleção estratégica, que condiciona a escolha das técnicas de recolha de dados, uma vez que devem ser adequadas aos objetivos que se desejam alcançar.

Segundo Fortin (2000) existem duas abordagens metodológicas que consistem no método de investigação quantitativa, que é um processo sistemático de recolha de dados observáveis e quantificáveis e o método de investigação qualitativa, onde o investigador observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresenta, sem procurar controlá-lo.

Pode-se assim, afirmar que o presente estudo é fundamentado pelo método quantitativo, uma vez que irá ser aplicado, como técnica de recolha de dados, um questionário orientado para as hipóteses de investigação e a sua relação entre elas.

4.2 Objetivos

O objetivo principal deste estudo passa por compreender o contributo da AI na gestão do risco das empresas do setor privado na região centro de Portugal. No seguimento do exposto definiram-se os seguintes objetivos específicos:

Primeiro objetivo: Verificar o contributo da AI nas empresas do setor privado da região centro de Portugal.

Neste primeiro objetivo pretende-se confirmar a existência de AI, nas empresas do setor privado, bem como identificar a relevância que a função de AI tem dentro das organizações.

Segundo objetivo: Averiguar sobre a gestão do risco nas empresas do setor privado da região centro de Portugal.

Este objetivo procura perceber se as empresas do setor privado possuem a consciência da importância da gestão do risco e, ao mesmo tempo, compreender quais as práticas comuns.

Terceiro objetivo: Apreciar a relação entre a AI e a gestão do risco.

Com este objetivo pretende-se analisar de que modo é que a AI e a gestão do risco se relacionam. Isto é, se a função de AI tem em vista a gestão do risco das organizações.

4.3 Hipóteses em estudo

A hipótese, segundo Fortin (2000), é um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis, uma vez que esta combina com o problema e o objetivo numa explicação clara dos resultados expectáveis de um estudo. A hipótese faz a ligação entre a revisão da literatura e a parte empírica da investigação fundamentando o estudo desenvolvido.

Deste modo, de acordo com os objetivos acima referidos e a revisão da literatura apresentada, elaboraram-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: A AI é importante nas empresas da região centro de Portugal.

O IIA define que a AI é uma atividade que visa acrescentar valor à organização, assistir a mesma na concretização dos seus objetivos, melhorar as operações da organização e a apoiar na avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, controlo e governação.

Segundo Pinheiro (2013) e Silva (2016), a AI tem um efeito de acrescentar valor às organizações, ao mesmo tempo que contribui para a melhoria na gestão dos riscos. Reis (2019) acrescenta que houve uma mudança de paradigma onde a AI deixou de estar focada apenas no controlo e transferiu a sua atenção para os riscos, passando a sua

atividade a apresentar uma maior abrangência destinada a acrescentar valor. Teixeira (2006) e Silva (2020) debruçaram-se sobre a importância que as informações apresentadas ao órgão de gestão pelo auditor interno revelam no momento de tomada de decisão. Pereira (2021) adiciona que a AI tem um papel relevante na minimização da ocorrência da fraude.

No seguimento dos motivos apresentados ao longo do parágrafo anterior, foi também demonstrado que a AI contribui para as boas práticas contabilísticas, na medida em que a execução de trabalhos de AI de elevada qualidade, aumenta a credibilidade da informação financeira (Rocha, 2016).

Hipótese 2: A relevância da independência dos auditores internos para os *stakeholders*.

De acordo com a Norma 2400 – Comunicação dos Resultados das Normas para a Prática Profissional de Auditoria Interna do IIA (2017), os auditores internos têm de comunicar os resultados do trabalho e essa comunicação deverá incluir os objetivos do compromisso e o seu âmbito bem como as conclusões correspondentes, as recomendações e os planos de ação.

Pereira (2021) considera que para a autonomia e a independência serem consideradas adequadas, é necessário que a AI reporte diretamente à administração da organização, de modo a evitar pressões e ao mesmo tempo manter a liberdade de ação sobre todas as áreas da organização. Rocha (2016) acrescenta que o grau de liberdade e independência da ação, concedido aos auditores internos aumenta a confiança dos *stakeholders*. Quanto a Mateus (2020) refere que os diferentes *stakeholders* são cada vez mais informados e exigentes, devendo a informação prestada pela entidade garantir uma abordagem equilibrada, para os orientar.

Hipótese 3: A gestão do risco e a AI têm como objetivo comum a criação de valor numa organização.

Soares (2018) considera que para que a AI consiga a criação de valor e valorização do negócio, esta deve-se apoiar na área de análise e gestão do risco, monitorizando de perto a mesma. Quanto a Silva (2020) enuncia que o acréscimo que a AI proporciona, passa sobretudo pela sua abordagem proativa, onde exhibe a sua capacidade em assegurar que os riscos da organização estão apropriadamente controlados.

De acordo com Beja (2004), a gestão do risco passou a ser ponderada como um elemento essencial na gestão empresarial, passando a fazer parte das boas práticas da gestão e a apoiar na tomada de decisão. Segundo Pereira (2021), uma área da gestão de risco destinada a dar resposta aos riscos a que uma entidade se encontra exposta, permite a criação de valor desejado para a própria organização.

Segundo Pinheiro (2013) a AI detém um conhecimento abrangente da organização, isto é, tem conhecimento de como os processos se desenvolvem, quais os riscos associados a cada área e como estes estão alinhados com a estratégia da empresa tendo em vista o alcance dos objetivos previamente delineados. Desta forma, a AI pode criar e acrescentar valor a uma organização. Frade (2017) considera que a melhor forma para uma organização reduzir os riscos e incrementar a eficiência e eficácia nas suas operações, passa pela criação de um departamento de AI. Sendo esta a melhor opção para a organização.

4.4 Método de recolha e tratamento dos dados

A técnica de recolha de dados utilizada foi o inquérito por questionário, o qual permitiu obter dados de forma organizada. Para isso utilizou-se uma ferramenta do *Google*, designada por *Google Forms*, na qual os inquiridos obtiveram acesso através do envio dos mesmos para o e-mail geral das entidades, dirigidos ao diretor financeiro, responsável de auditoria interna e/ou controlo de gestão.

Esta técnica, de acordo com Santos e Henrique (2021) apresenta vantagens e desvantagens. Uma das vantagens a realçar é o facto desta técnica se traduzir em respostas escritas, que permitem ultrapassar o problema da inibição da maioria dos inquiridos em oposição à técnica de entrevista. Outra das vantagens prende-se com a possibilidade de permitir realizar correlações de hipóteses e estabelecer relações de influência. De realçar que, através desta técnica as respostas às questões colocadas são fechadas, não estando sujeitas a enviesamentos. Há ainda a destacar uma importante vantagem que se traduz no facto do questionário poder ser aplicado a uma amostra de grande dimensão, num curto espaço de tempo. Para terminar, salienta-se ainda que a técnica referida implica menores custos, dadas as suas características (Santos & Henrique, 2021).

De realçar que esta técnica também apresenta desvantagens. Entre as desvantagens elencadas, há a salientar a falta de recursos para motivar o inquirido a responder. Por outro lado, o facto do questionário ser voluntário, potencia a possibilidade do número de

respostas obtidas ser inferior ao número de respostas necessárias, sendo necessário realizar várias tentativas para obter um número de respostas considerado ideal. Outra desvantagem prende-se com o facto de se correr o risco da obtenção de respostas superficiais, dado o impedimento de esclarecer as dúvidas ao inquirido, relativamente ao questionário (Santos & Henrique, 2021).

Relativamente ao questionário, as questões são suportadas pela revisão da literatura, uma vez que esta permite encontrar teorias e artigos sobre investigações empíricas (Hill & Hill, 2012). As questões do questionário foram elaboradas de forma a serem adequadas às hipóteses em estudo, tendo sido adaptadas dos autores Cartis (2021) e Pereira (2021). Para uma melhor compreensão do estudo apresentado foi elaborado um quadro resumo que ilustra a relação entre as hipóteses a testar e as questões apresentadas no questionário.

A hipótese 1 tem como propósito perceber a importância da AI na região centro de Portugal nas empresas do setor privado. Neste sentido, tendo em vista o alcance da determinação desta importância foi criada a questão 6. Na questão 7 procura-se aferir quais os principais contributos que a AI fornece à organização e qual o seu grau de importância.

Quadro 2 - Relação entre a hipótese 1 com as questões do questionário

H1: A AI é importante nas empresas da região centro de Portugal.	Q6: Na sua opinião, qual o grau de importância da existência de uma função de auditoria interna nas organizações? (1 - Nada Importante; 5 - Extremamente Importante)	
	Q7: De acordo com a sua opinião, quais considera serem os principais benefícios da auditoria interna no seu contributo para o desempenho da organização? (1 - Nada Importante; 5 - Muito Importante)	Identificar e gerir os riscos de negócio
		Garantir maior eficácia do controlo interno
		Apoiar a gestão na tomada de decisões
		Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização
		Melhorar a gestão de risco
Melhorar o desenvolvimento da organização		

Fonte: Elaboração Própria

Quanto à hipótese 2 esta procura atestar se os *stakeholders* adquirem confiança nas organizações com a função de AI e com a implementação de processos de gestão de risco. A questão 8 tem como objetivo averiguar qual a importância que os *stakeholders* consideram que a auditoria transmite, com a independência dada aos auditores internos. A questão 18.1 tem o intuito de perceber qual o grau de confiança a ser dado aos auditores internos na organização.

Quadro 3 - Relação entre a hipótese 2 com as questões do questionário

<p>H2: A relevância da independência dos auditores internos para os <i>stakeholders</i>.</p>	<p>Q8: Na sua opinião, de acordo com as seguintes afirmações, qual a importância da confiança dos <i>stakeholders</i> com a independência dada aos auditores internos? (1 - Nada Importante; 5 - Muito Importante)</p>	A existência da auditoria interna é relevante para os <i>stakeholders</i>
		A auditoria interna transmite uma maior segurança perante os <i>stakeholders</i>
		A falta de independência do auditor pode colocar em causa a eficiência da gestão
		O relatório de uma auditoria interna poderá minimizar a ocorrência de fraudes nas demonstrações financeiras
	O grau de independência da função de auditoria interna pode influenciar a confiança dos <i>stakeholders</i>	
	<p>Q18.1: Considera que o grau de liberdade e independência de ação concedido à atividade de auditoria interna para analisar todos os aspetos operacionais e administrativos nas áreas da empresa é: Máximo; Significativo; Intermédio; Reduzido; Mínimo.</p>	

Fonte: Elaboração Própria

A hipótese 3 visa compreender de que forma a AI auxilia na melhoria da análise da gestão do risco, criando assim valor para a organização. Com a questão 9 pretende-se perceber se as informações dadas pela função de AI têm influência na decisão da organização. Na questão 10, o principal objetivo é perceber se o inquirido considera que uma organização que possui um departamento de AI, tem maior probabilidade de promover um sistema de controlo interno e de gestão de risco. A questão 12 visa aferir o grau de importância dado ao objetivo comum da gestão do risco e da AI para a criação de valor numa organização. Por fim, na questão 20 pretende-se averiguar se, tanto a auditoria como a gestão de risco, são desenvolvidas tendo em conta os objetivos da organização. A questão 21 pretende verificar qual a frequência da realização da avaliação aos controlos de gestão do risco.

Quadro 4 - Relação entre a hipótese 3 com as questões do questionário

<p>H3: A gestão do risco e a AI têm como objetivo comum a criação de valor numa organização.</p>	<p>Q9: Considera que as informações prestadas pela atividade de auditoria interna têm influência no processo de tomada de decisão de uma organização? (1 - Não tem influência; 5 - Muito influência)</p>	
		<p>Q10: Uma organização que possui um departamento de auditoria interna tem maior probabilidade de promover um sistema de controlo interno e de gestão do risco?</p>
	<p>Q12: Define o seu grau de importância das seguintes afirmações, relativamente ao objetivo comum da gestão do risco e da auditoria interna para a criação de valor numa organização? (1 - Nada Importante; 5 - Muito Importante)</p>	A auditoria interna deve estar envolvida com o processo de gestão de risco.
		O processo de análise e gestão do risco é essencial para criar valor à organização.
		Um processo de gestão de risco adequado permite que as organizações tomem melhores decisões.
	O envolvimento da auditoria interna na gestão de risco aumenta a probabilidade de sucesso de uma organização.	

		O sucesso da gestão de risco traduz-se no sucesso de toda a atividade de auditoria interna.
	Q20: Considera que tanto a auditoria como a gestão de risco são desenvolvidos tendo em conta os objetivos da organização e a continuidade do negócio?	
	Q21: Com que frequência é efetuado a avaliação da monitorização e o controlo do sistema de gestão de riscos? (Muito frequente; Frequentemente; Ocasionalmente; Raramente; Nunca)	

Fonte: Elaboração Própria

4.5 População a analisar

De acordo com o tema do presente estudo, considerou-se como população para análise as empresas do setor privado, da região centro de Portugal. Segundo a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), os distritos que constituem a região centro de Portugal são os seguintes: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu. A preferência dada a esta região prende-se pelo facto de existirem poucos estudos efetuados nesta zona territorial.

A base da amostra foi obtida pela consulta do *ranking* de empresas por resultados e vendas, de cada distrito, do site *Empresite Portugal*, cujos dados são fornecidos pela *eInforma*. Adicionalmente, para se obter um número avultado de respostas e, tendo em vista, uma análise estatística que espelhe da melhor forma possível a realidade da população, os questionários foram enviados, aleatoriamente, a empresas aleatórias dos respetivos distritos. Neste seguimento, a amostra deste estudo é composta por 50 respostas.

Para que se obtivesse uma apresentação clara e adequada dos dados recorreu-se ao uso de tabelas e quadros. Relativamente, ao tratamento estatístico e consequente teste de hipóteses foi utilizado o *software IBM SPSS Statistics* (versão 27).

5. Apresentação e Interpretação dos Resultados

5.1 Análise descritiva dos resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos, bem como a sua respetiva análise. O questionário é constituído por quatro partes, sendo que na primeira parte é realizada a caracterização da empresa. A segunda parte tem como propósito verificar e compreender o grau de importância que o inquirido atribui à AI na gestão do risco. A terceira parte é direcionada a organizações que contemplam a função de AI, onde é apresentado um grupo de questões sobre a AI e a gestão do risco nessas mesmas entidades. A quarta e última parte é dirigida a organizações que não contemplam a função de AI, na qual se apresentam duas questões que visam compreender o motivo da não contemplação desta função.

I. Caracterização da Empresa

A primeira parte do questionário aplicado destinou-se à caracterização da empresa. Esta parte é fundamental para se conhecer a população da amostra. Desta forma, serão apresentadas informações, tais como, o setor que a organização opera, a que distrito pertence, o volume de negócios a 31 de dezembro de 2020, o número aproximado de funcionários e qual o cargo que o inquirido ocupa na organização.

A amostra recolhida é constituída por 50 organizações previamente validadas, nas quais a atividade de serviços tem maior expressão, cerca de 42% (21 organizações). A atividade de indústria atingiu um peso de 38% (19 organizações) e com 20% (10 organizações) surge a atividade de comércio, conforme gráfico 1.

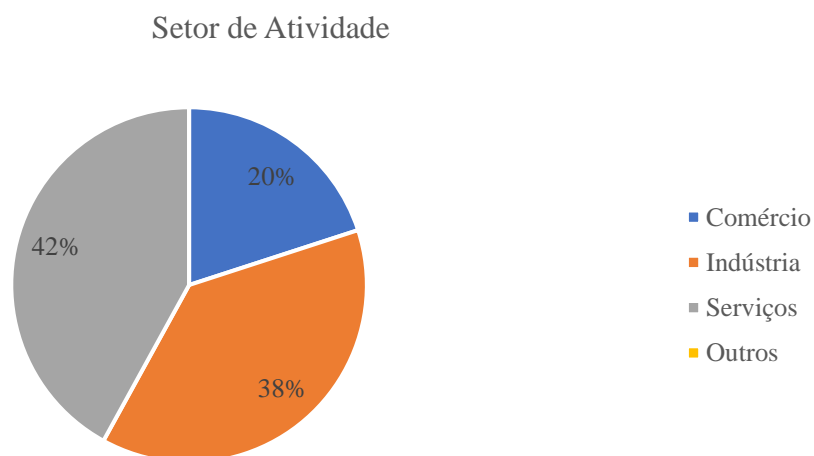


Gráfico 1 - Setor de Atividade da Organização (Questão 1)

Fonte: Elaboração própria

No gráfico 2, observa-se que quanto à localização das organizações, a maioria da amostra localiza-se em Coimbra com 38% (19 organizações), em segundo encontra-se Leiria com 22% (11 organizações) e terceiro está Aveiro com 18% (9 organizações). De notar que os distritos que se localizam no interior do país apresentam uma menor expressão, isto é, Viseu tem uma representatividade de 16% (8 organizações), Guarda com 4% (2 organizações) e por último encontra-se Castelo Branco 2% (1 organização).

Distritos da Região Centro de Portugal

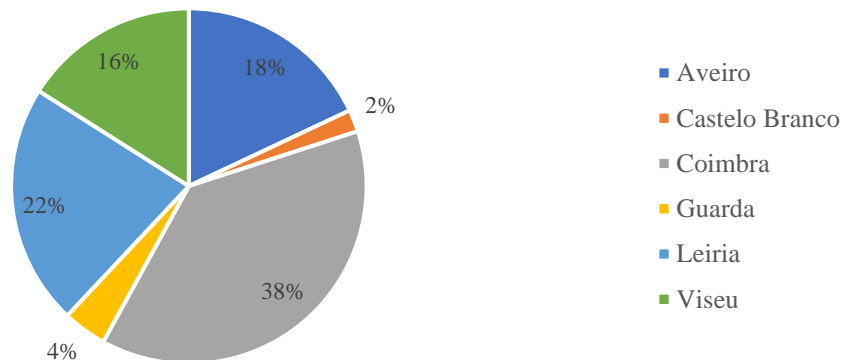


Gráfico 2 - Distritos da Região Centro de Portugal (Questão 2)

Fonte: Elaboração própria

Na amostra obtida verifica-se pelo gráfico 3, que a maioria das organizações tem um volume de negócios entre 700.000€ e inferior a 8.000.000€ com 46% (23 organizações). Com 24% (12 organizações) encontra-se entidades com um volume de negócio entre 8.000.000€ e inferior a 40.000.000€ e com 20% (10 organizações) observa-se entidades com volume de negócio inferior a 700.000€. Por último, com um volume de negócio superior a 40.000.000€ que totaliza 10% (5 organizações).

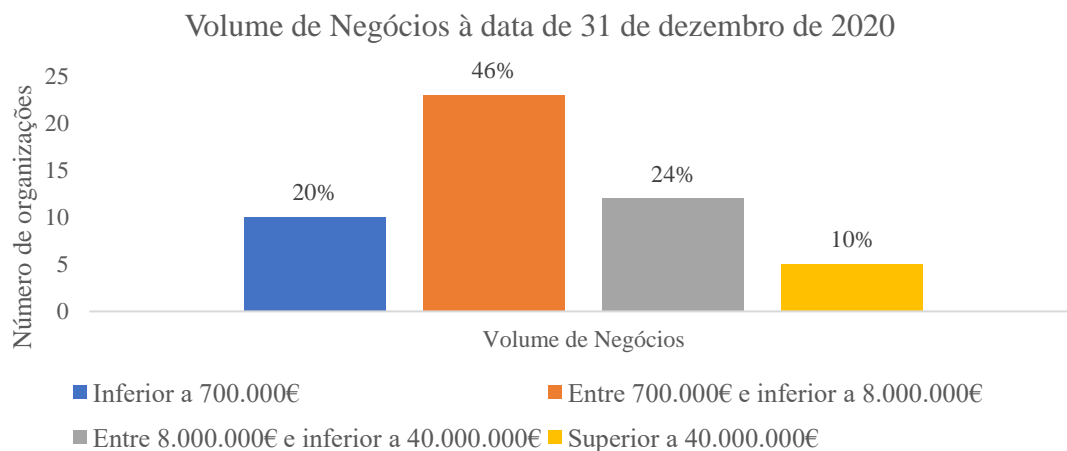


Gráfico 3 - Volume de Negócios à data de 31 de dezembro de 2020 (Questão 3)

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 4 diz respeito ao número aproximado de colaboradores que atuam nas organizações da amostra. Note-se que a maioria tem cerca de 11 a 50 trabalhadores que corresponde a 36% (18 organizações). De seguida, observam-se organizações que correspondem a 32% (16 organizações) e que possuem 51 a 250 trabalhadores. Há ainda um conjunto de entidades que têm até 10 trabalhadores, com um peso de 20% (10 organizações). Observa-se também que 12% (6 organizações) possuem mais de 251 trabalhadores. Após análise do gráfico, retira-se que a maioria das organizações da amostra têm entre 11 a 50 trabalhadores, mas, não muito distantes, estão organizações cujo número de trabalhadores varia entre 51 a 250.

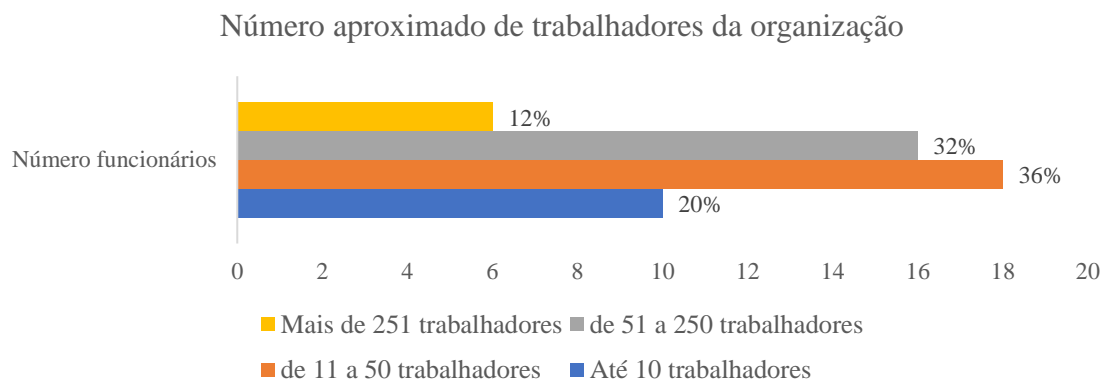


Gráfico 4 - Número aproximado de trabalhadores da organização (Questão 4)

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito ao cargo que o inquirido ocupa na entidade, observa-se no gráfico 5 que as funções com maior representatividade são as seguintes: 36% (18 inquiridos) desempenham a função de contabilista certificado, 22% (11 inquiridos) têm como função de auditor interno e 20% (10 inquiridos) desenvolvem a função de diretor financeiro. Por último, com menor expressividade, observa-se a função de técnico financeiro com um peso de 12% (6 inquiridos) e 8% (4 inquiridos) ocupam a função de *controller*. Constata-se ainda que 2% (1 inquirido) desempenham o papel de estagiário.

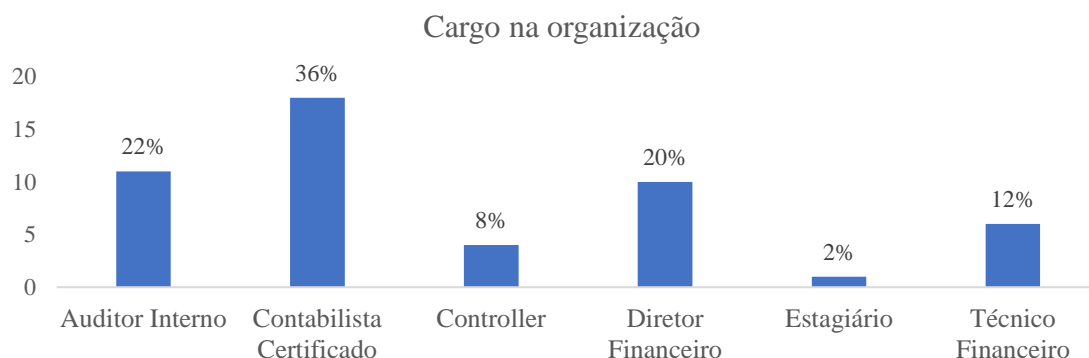


Gráfico 5 - Cargo dos inquiridos na organização (Questão 5)

Fonte: Elaboração própria

II. Contributo da AI na Gestão do Risco

A segunda parte do questionário teve como finalidade a compreensão do contributo da AI na gestão do risco. Por este motivo, avaliou-se, na ótica do inquirido, o papel que a AI desempenha em relação à gestão do risco, a sua importância em determinadas áreas da organização e a relevância do objetivo comum da AI e a gestão de risco para a criação de valor na organização.

Quanto ao grau de importância dado à função de AI nas organizações, pelo gráfico 6, pode-se observar que na perspetiva dos inquiridos, a função da AI apresenta um elevado grau de importância, uma vez que as percentagens de “extremamente importante” e “muito importante”, no conjunto, totalizam 80% (40 inquiridos) da amostra. De sublinhar que a percentagem de “importante” representa 20% (10 inquiridos) da amostra, não deixando, deste modo, de ser um facto relevante para o estudo. As opções de “pouco” e “nada importante” não obtiveram qualquer número de respostas.

Grau de importância da função de auditoria interna

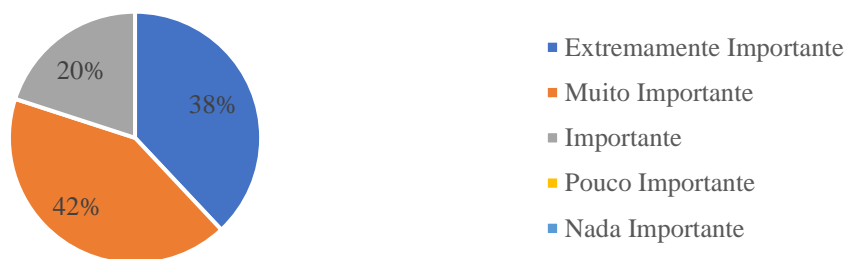


Gráfico 6 - Grau de importância da função de AI nas organizações (Questão 6)

Fonte: Elaboração própria

Com a observação do gráfico 7, conclui-se que o primeiro benefício, com cerca de 43 inquiridos, com um peso de 86%, diz respeito à opção “Identificar e apoiar a gestão dos riscos de negócio” sendo um dos contributos mais importantes da AI para um bom desempenho da organização. De realçar ainda que apenas 6 inquiridos consideram que identificar e apoiar a gestão dos riscos de negócio se revela “pouco” ou meramente “importante”.

O segundo benefício relativo à opção “garantir de maior eficácia do controlo interno”, é considerado como um dos principais benefícios, segundo 46 inquiridos (92%) que o consideram “muito” ou mesmo “extremamente importante”. Com outra perspetiva, 4 inquiridos consideraram-no “importante” e “pouco importante”.

Em relação ao “apoio da gestão na tomada de decisões”, 23 inquiridos têm a opinião de que é um contributo muito importante. Do total da amostra, 15 inquiridos consideram “importante”, 9 “extremamente importante” e 3 “pouco importante”. De evidenciar que apesar da maioria dos inquiridos considerar que o contributo tem relevância, este apresenta um menor peso, comparativamente com os anteriores.

No que diz respeito à afirmação “oferecer vantagem competitiva às atividades da organização”, verifica-se um grau de importância semelhante ao antecedente, com mais de metade dos inquiridos, cerca de 25 (50%), a considerá-lo “muito importante”. A opção “extremamente importante” foi considerada por 8 inquiridos, 15 inquiridos selecionaram “importante” e apenas 2 inquiridos, “pouco importante”.

Quanto ao benefício de “melhorar a gestão de risco”, foi considerado o contributo mais relevante da AI para o desempenho da organização, com 32 inquiridos a considerarem “muito importante” e 16 “extremamente importante”. De realçar o facto da resposta com menos grau de relevância, registar 2 respostas como “importante”, reforçando assim o peso deste benefício para a organização.

O último benefício analisado neste questionário visava aferir o grau de importância atribuído à função de AI para permitir melhorar o desempenho da organização. À semelhança do antecedente, este foi um dos benefícios com maior grau de importância, com cerca de 94% dos inquiridos a considerarem “muito importante” e “extremamente importante”, 31 inquiridos e 16 inquiridos, respetivamente. É possível verificar que há ainda 3 inquiridos que consideraram como “importante”, não deixando de ser um contributo com relevância para o desempenho da organização.

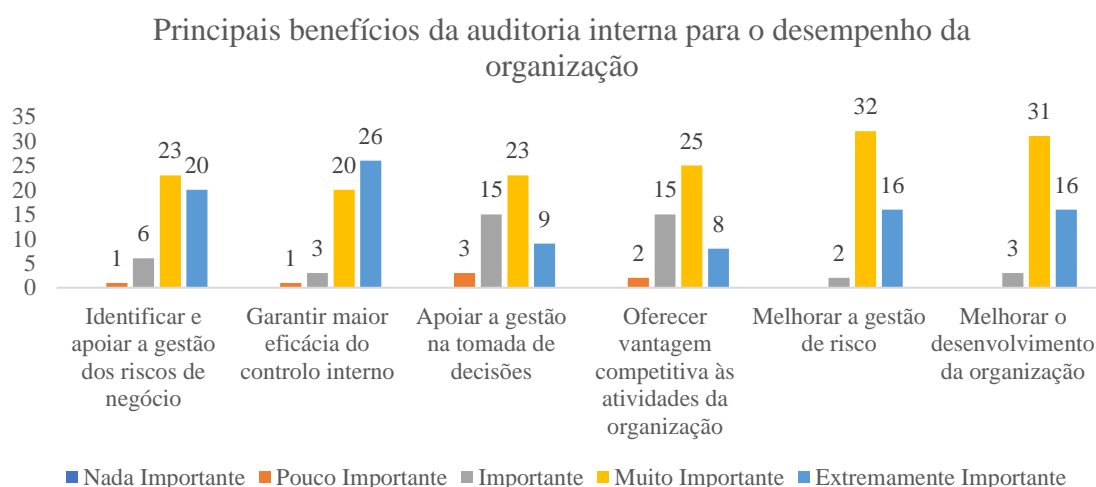


Gráfico 7 - Principais benefícios da AI para o desempenho da organização (Questão 7)

Fonte: Elaboração própria

A primeira questão foi elaborada com o objetivo de averiguar se a existência de AI é relevante para os *stakeholders*. Com base nas respostas obtidas, verificou-se que, de facto, é importante, dado que 5 inquiridos consideraram “extremamente importante”, 33 “muito importante” e 12 “importante”. De salientar que não se obteve nenhuma resposta “nada importante” ou “pouco importante”.

Relativamente ao nível de segurança transmitida pela AI aos *stakeholders*, é possível verificar, através da análise do gráfico 8, que 16 inquiridos consideraram “extremamente importante”, 26 “muito importante” e 8 “importante”, reforçando o grau de importância da AI perante os *stakeholders*.

No que diz respeito à falta de independência do auditor poder colocar em causa a eficiência da gestão, obteve-se um número de respostas muito semelhantes, nos vários graus de importância, com 18 inquiridos a considerarem “extremamente importante” e “muito importante” e 14 “importante”.

O grau de importância atribuído ao facto do relatório de uma AI poder minimizar a ocorrência de fraudes nas demonstrações financeiras, considera-se elevado, uma vez que 20 dos inquiridos consideraram “extremamente importante” e 23 consideraram “muito importante”, o que totaliza 91% dos inquiridos da amostra. De referir ainda que houve 4 inquiridos que consideraram “importante” e 3 inquiridos consideraram “ser pouco importante”.

Para o presente estudo foi ainda considerado relevante compreender a perceção dos inquiridos quanto ao facto do grau de independência da função de AI poder influenciar a confiança dos *stakeholders*. Com as respostas obtidas constata-se que, este, é um fator pertinente, uma vez que 17 inquiridos consideraram “extremamente importante”, 22 “muito importante” e 11 referiram ser “importante”.

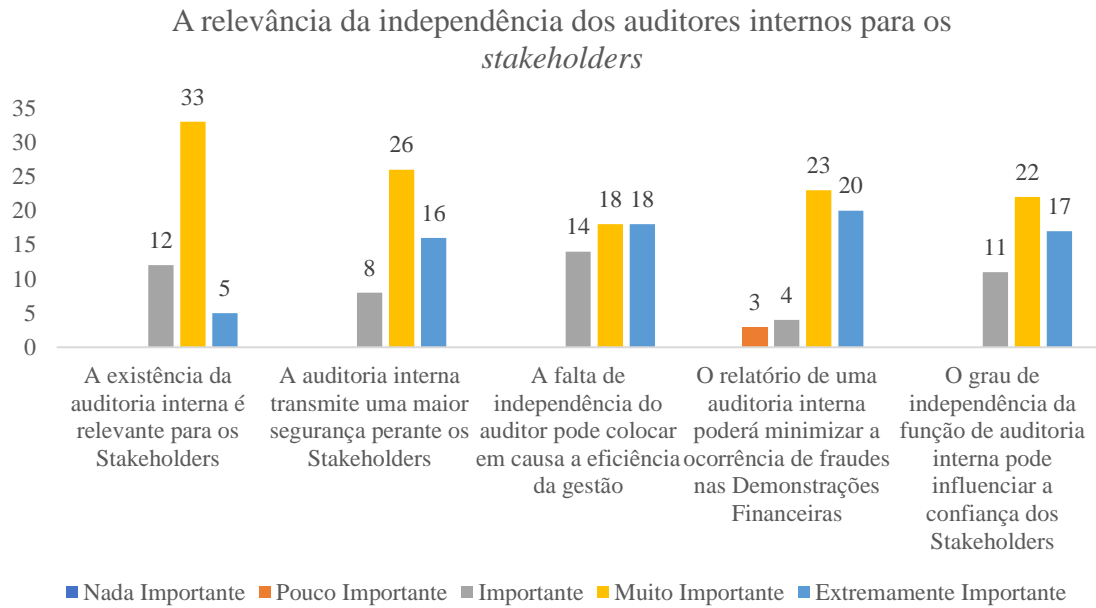


Gráfico 8 - A relevância da independência dos auditores internos para os *stakeholders* (Questão 8)

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao gráfico 9 solicitou-se aos inquiridos que aferissem se a AI tem influência no processo de tomada de decisão de uma organização, através de uma escala de 1 a 5, em que 1 é classificado como não tem influência e 5 tem muita influência. Com a observação do gráfico 9, pode-se concluir que a AI tem influência na tomada de decisão, pelo que 30% (15 inquiridos) da amostra considera ter muita influência e 56% (28 inquiridos) bastante influência. Com apenas 14% (7 inquiridos) da amostra consideraram ter uma influência moderada.

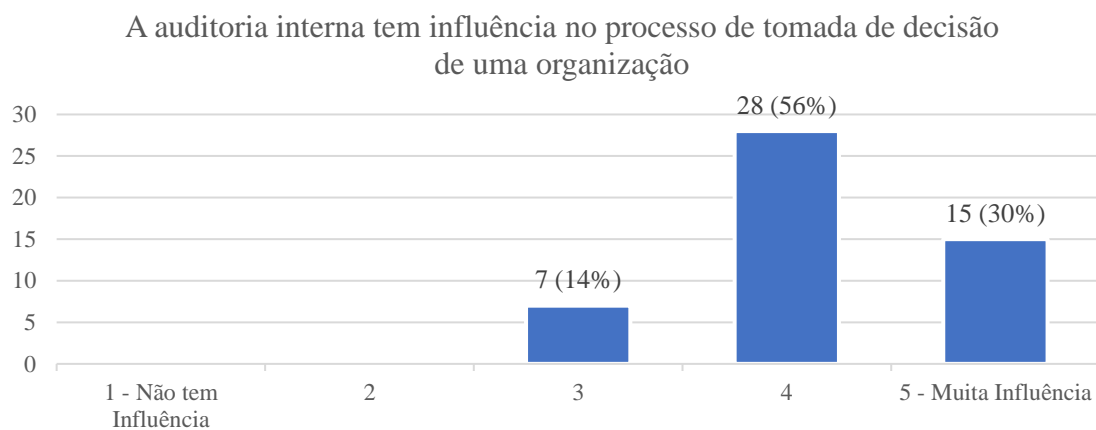


Gráfico 9 - A AI tem influência no processo de tomada de decisão de uma organização (Questão 9)

Fonte: Elaboração própria

Com a observação do gráfico 10 verifica-se que uma organização que possua AI tem maior probabilidade de promover um sistema de controlo interno e de gestão de risco, com 84% (42 inquiridos) do total da amostra a concordarem com a afirmação. De destacar que não se obtiveram respostas negativas e que apenas 16% (8 inquiridos) responderam “talvez”.

Probabilidade de promover um sistema de controlo interno e de gestão de risco



Gráfico 10 - Organização que possui função de AI tem maior probabilidade de promover um sistema de controlo interno e de gestão de risco (Questão 10)

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao facto de uma organização possuir um sistema de identificação, avaliação, monitorização e controlo dos riscos a que está exposta, não houve nenhuma resposta que se destacasse, pois todas as opções apresentam um número de respostas semelhantes. Entre as respostas apresentadas, 52% (26 organizações) da amostra indicaram que possuem este sistema e que 48% (24 organizações) indicaram que não.

A empresa dispõe de um sistema de identificação, avaliação, monitorização e controlo dos risco a que está exposta

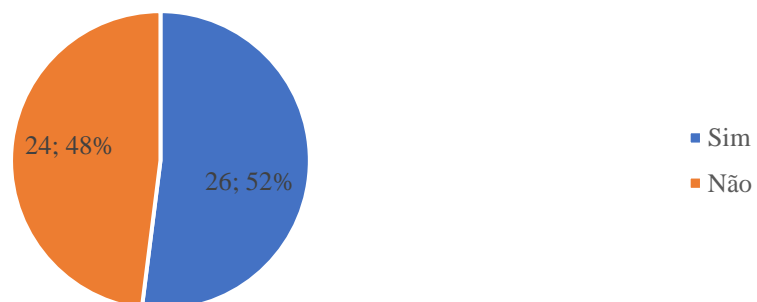


Gráfico 11 - A empresa dispõe de um sistema de identificação, avaliação, monitorização e controlo dos riscos a que está exposta (Questão 11)

Fonte: Elaboração própria

Com a observação do gráfico 12 pretende-se avaliar o grau de importância do objetivo comum da gestão do risco e da AI para a criação de valor numa organização. Quanto à primeira hipótese, pode-se afirmar que a AI deve estar envolvida com o processo de gestão de risco, uma vez que, cerca de 29 inquiridos, representando a maioria, a considerou como “muito importante”, 13 inquiridos consideraram como “extremamente importante” e 8 como “importante”.

Ao nível do processo de análise e de gestão do risco ser essencial para a criação de valor numa organização, a maioria dos inquiridos têm a opinião de que é “muito importante”, com 32 inquiridos do total da amostra. Adicionalmente, 15 inquiridos consideram como “extremamente importante” e apenas 3 como “importante”.

Quanto à afirmação seguinte, observa-se que um processo de gestão de risco adequado pode influenciar a organização a tomar melhores decisões. Assim, observa-se que 20 inquiridos consideram que um processo adequado é “extremamente importante”, 27 “importante” e 3 como “importante”.

Relativamente à afirmação de que o envolvimento da AI na gestão de risco aumenta a probabilidade de sucesso de uma organização, constata-se que a maioria, com 28 inquiridos a considerarem como “muito importante”. Além de que 14 inquiridos consideram como “extremamente importante” e apenas 8 a considerarem como “importante”.

Quanto à última afirmação a grande maioria, em linha com os resultados anteriores, concorda que uma boa gestão de risco poderá traduzir-se no sucesso de toda a atividade de AI. Com a observação do gráfico 9, verifica-se que 76% dos inquiridos, repartidos por 17 a considerarem “extremamente importante” e 21 “muito importante”. Ainda é possível verificar que apenas 12 inquiridos consideram como “importante”.

A importância do objetivo comum da gestão do risco e da auditoria interna para a criação de valor numa organização

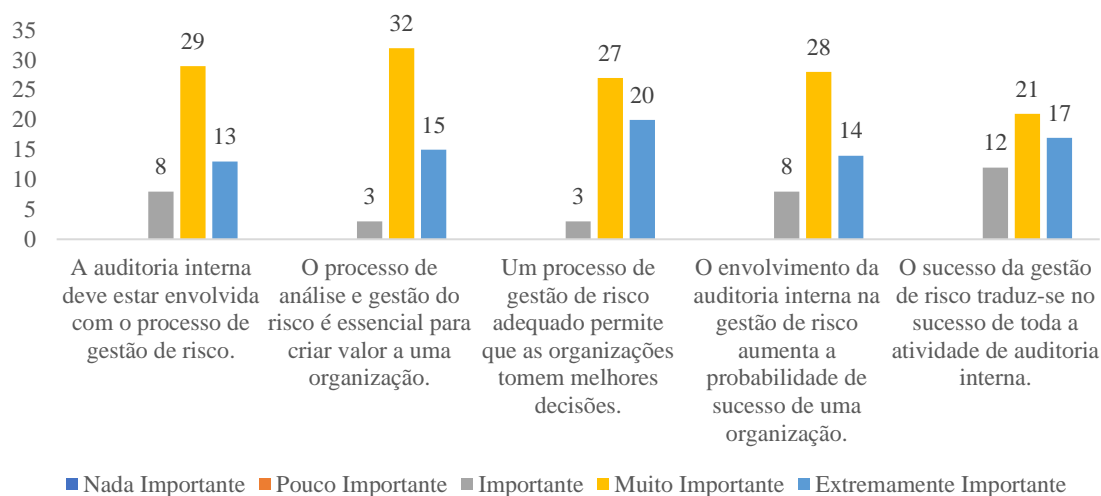


Gráfico 12 - A importância do objetivo comum da gestão do risco e da AI para a criação de valor numa organização (Questão 12)

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao facto de uma organização deter um sistema de gestão de risco, com a observação do gráfico 13, constata-se que cerca de 32% (16 organizações) da amostra detêm um sistema e que 30% (15 organizações) têm planos para o implementar. Relativamente ao facto de uma organização não deter um sistema de gestão de riscos e de não ter planos para a sua implementação, verificou-se que representa cerca de 38% (19 organizações) da amostra.

Planos para implementar um sistema de gestão de risco

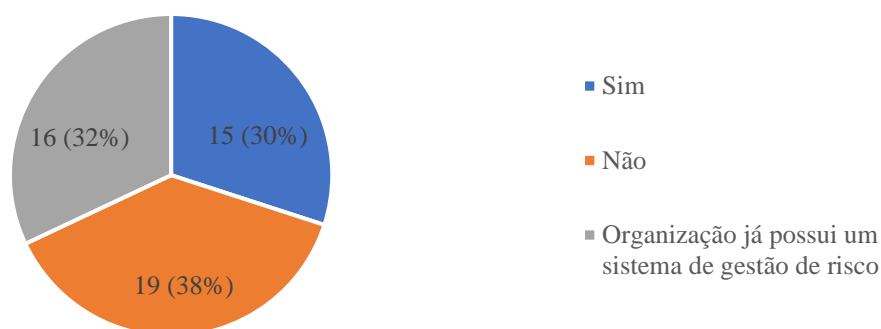


Gráfico 13 - Planos para implementar um sistema de gestão de risco (Questão 13)

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito, à estrutura organizacional contemplar a função de AI considerou-se para o presente estudo como um fator diferenciador, na medida em que serão direcionadas diferentes questões no caso de uma organização possuir ou não a função de AI. Pela

observação do gráfico 14, pode-se verificar que apenas 24% (12 organizações) da amostra contempla a função de AI. De realçar que 76% (38 organizações) da amostra não contempla a função de AI, considerando ser um valor significativo.

A estrutura organizacional contempla a função de auditoria interna

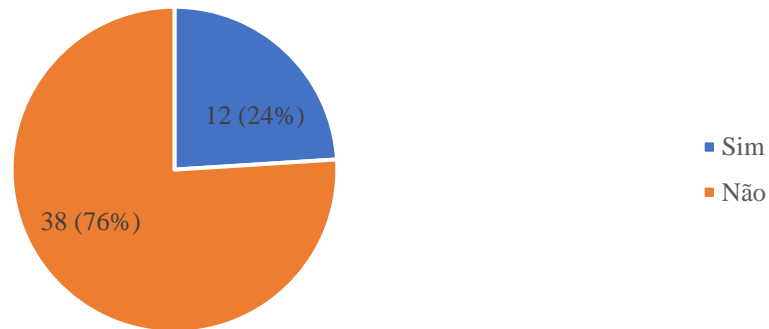


Gráfico 14 - A estrutura organizacional contempla a função de AI (Questão 14)

Fonte: Elaboração própria

III. A estrutura organizacional contempla a função de AI

A terceira parte do questionário, composta por 7 questões, é dirigida a organizações que contemplam a função de AI. Este conjunto de questões visa compreender a constituição da atividade de AI, as áreas de atuação, o grau de independência dada aos auditores internos e se a AI, tanto como a gestão do risco, estão desenvolvidos tendo em conta os objetivos da organização.

Como se pode observar no gráfico 14, apenas 12 organizações do total da amostra contemplam a função de AI. Para entender melhor a constituição e dimensão da função de AI dessas organizações, questionou-se qual o número de pessoas que constituem essa função. Pela observação do gráfico 15, verifica-se que 10 organizações possuem até 3 pessoas e que, apenas 2 organizações, possuem entre 3 a 5 pessoas.

Número de pessoas que constituem a atividade de auditoria interna



Gráfico 15 - Número de pessoas que constituem a atividade de AI (Questão 15.1)

Fonte: Elaboração própria

Quanto a áreas de atuação, para compreensão do desígnio da função de AI, verifica-se pelo gráfico 16, que entre das áreas apresentadas, a de marketing é a única em que não atua. Relativamente, às áreas de maior atuação, destacam-se as áreas de contabilística/financeira, qualidade, operações, gestão de risco e recursos humanos.

Áreas de atuação da função de auditoria interna

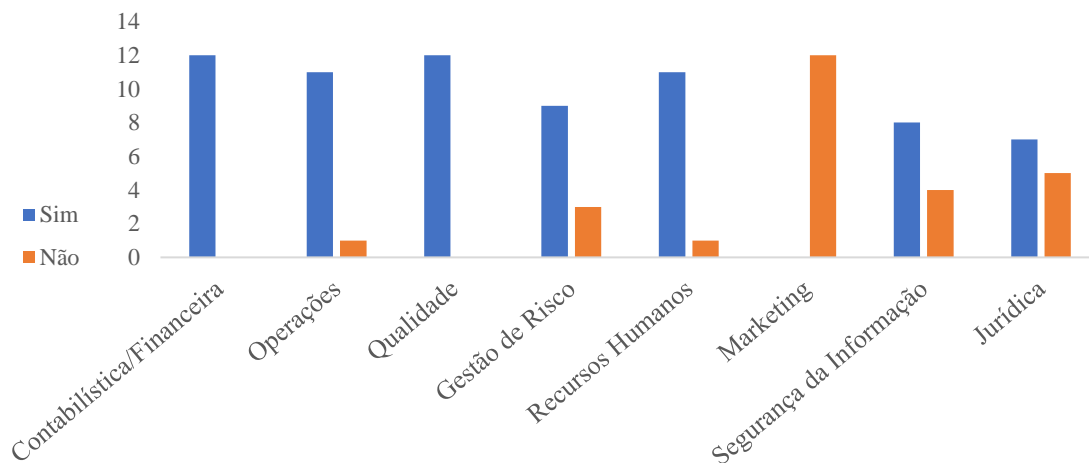


Gráfico 16 - Áreas de atuação da função de AI (Questão 16.1)

Fonte: Elaboração própria

Com a observação do gráfico 17 verifica-se que todos os inquiridos responderam afirmativamente à questão, podendo assim concluir que a função de AI tem as suas funções bem definidas e devidamente conhecidas por todos os outros departamentos da organização.

Conhecimento das funções da auditoria interna por todos os outros departamentos da organização

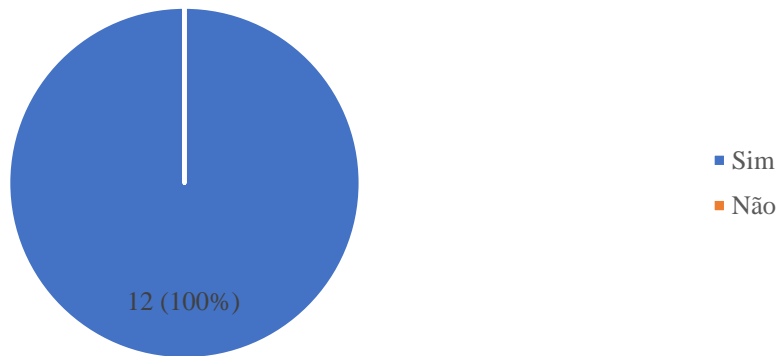


Gráfico 17 - Conhecimento das funções da AI por todos os outros departamentos da organização (Questão 17.1)

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito ao grau de liberdade e independência dada aos auditores internos, o gráfico 18 demonstra que os inquiridos responderam de forma positiva, ou seja 42% (5 inquiridos) da amostra consideram que o grau de independência dada é “máximo”. De realçar que 58% (7 inquiridos) consideram ser “significativo” o grau de independência dado às áreas auditadas pelos auditores internos.

Independência dada à função de auditoria interna

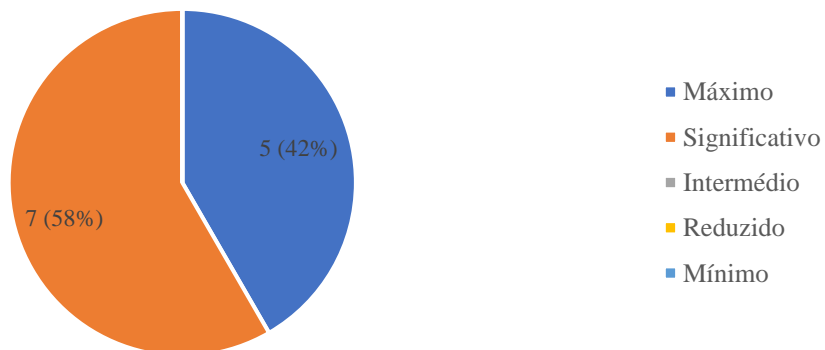


Gráfico 18 - Grau de liberdade e independência de ação concedida à função de AI (Questão 18.1)

Fonte: Elaboração própria

Em relação, ao facto da existência de um plano estratégico da função de AI e ao mesmo refletir o perfil de risco corporativo, observando o gráfico 19, verifica-se que na maioria das organizações, cerca de 8, a função de AI tem um plano estratégico e reflete o perfil de risco corporativo. Quanto ao facto de existir plano estratégico, mas esse não refletir o perfil de risco corporativo, observam-se 4 organizações nesta situação. Destaca-se assim que da amostra, não existem organizações que não possuam um plano estratégico alinhado com a função de AI.



Gráfico 19 - Plano estratégico da função de AI tendo em conta os riscos de negócio (Questão 19.1)

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os resultados obtidos no gráfico 20, observa-se que 83% (10 inquiridos) da amostra afirmam que a AI e a gestão do risco estão desenvolvidas tendo em conta os objetivos da organização e a continuidade do negócio, apenas 17% (2 inquiridos) não têm a certeza desta realidade.

A auditoria interna e a gestão do risco são desenvolvidas tendo em conta os objetivos da organização

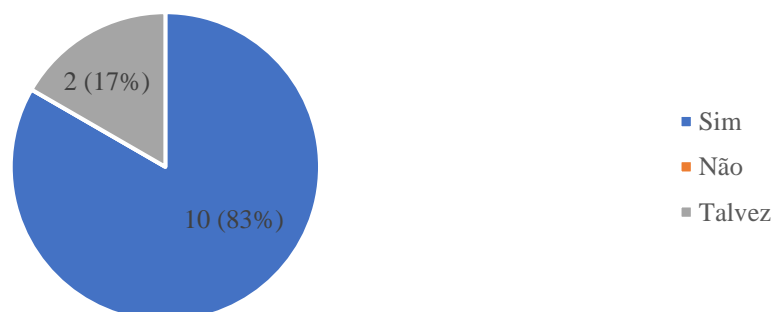


Gráfico 20 - A AI e a gestão do risco são desenvolvidas tendo em conta os objetivos da organização (Questão 20.1)

Fonte: Elaboração própria

Com a observação do gráfico 21, pode-se verificar que na maioria das organizações é efetuado frequentemente a avaliação da monitorização e do controlo do sistema de gestão de riscos, representado por 8 organizações. Verifica-se ainda que 2 organizações efetuam muito frequentemente a avaliação e outras 2 ocasionalmente.

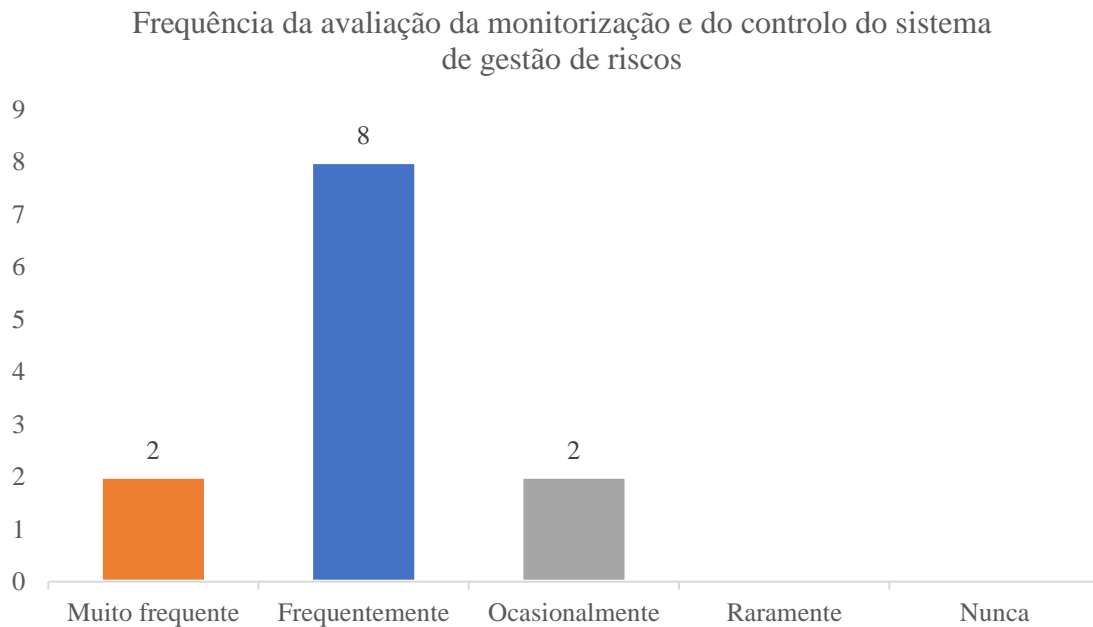


Gráfico 21 - Frequência da avaliação da monitorização e do controlo do sistema de gestão de riscos (Questão 21.1)

Fonte: Elaboração própria

IV. A estrutura organizacional não contempla a função de AI

De forma a averiguar a razão da inexistência da função de AI nas organizações e para compreender se esta será implementada a curto prazo, foram elaboradas duas questões, para os inquiridos que na questão 14 responderam que a organização não contempla a função de AI.

Quanto à razão da inexistência da função de AI nas organizações, a maioria dos inquiridos justifica que é devido ao facto do departamento apresentar um elevado custo para a empresa, com 60% (23 respostas) da amostra. A segunda razão com mais representatividade refere o facto da organização não considerar o departamento importante, com 26% (10 respostas). A justificação apresentada que menciona que a organização contempla uma função similar, representa 11% (4 respostas) e o argumento que refere a insuficiência da dimensão da organização, representa 3% (1 respostas).

Razão da inexistência da função da auditoria interna

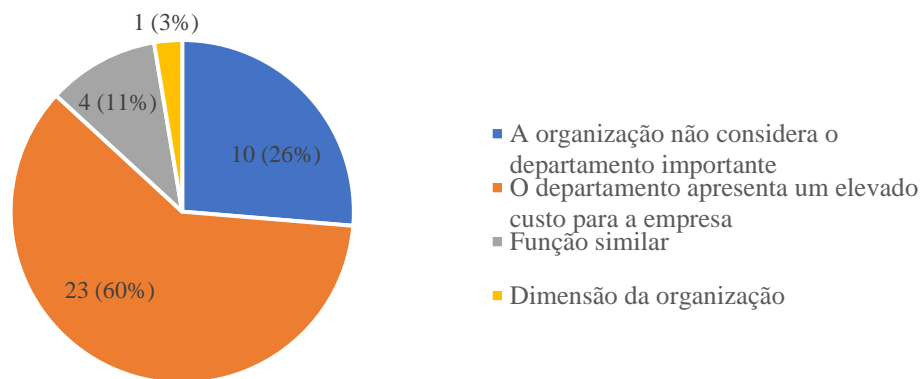


Gráfico 22 - Razão da inexistência da função da AI (Questão 15.2)

Fonte: Elaboração própria

Em relação às organizações tencionarem implementar a curto prazo a função de AI, a maioria das organizações, com 63% (24 respostas), não prevê implementar, a curto prazo, a função de AI. Quanto às organizações que não sabem, obtiveram-se 34% (13 respostas). Relativamente, às organizações que tencionam implementar a função de AI a curto prazo, apenas 3% (1 organização) escolheu essa opção.

Implementação de auditoria interna a curto prazo

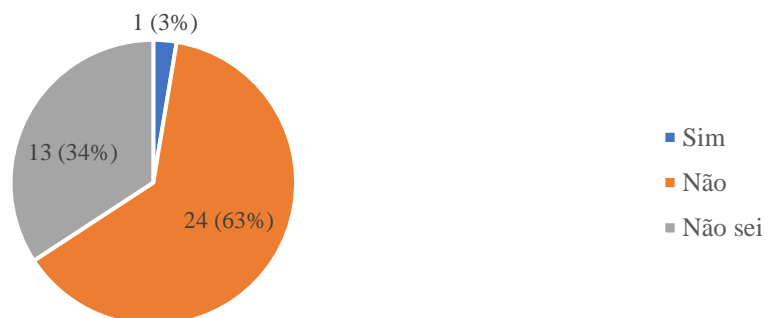


Gráfico 23 - Implementação de AI a curto prazo (Questão 16.2)

Fonte: Elaboração própria

5.2 Estatística Inferencial

A estatística inferencial surge após a elaboração descritiva dos dados anteriormente obtidos. Este tipo de estatística caracteriza-se como sendo um procedimento que aborda as boas práticas da teoria da amostragem e da sua caracterização, por recurso à estatística descritiva. A fase seguinte tem como finalidade inferir acerca dos valores dos parâmetros

da população teórica de onde foram retiradas as amostras e ou a validação de hipóteses (Marôco, 2021, p. 35).

Neste subcapítulo será elaborada uma análise fatorial e estabelecer-se-á uma correlação entre as variáveis das hipóteses a testar. Este procedimento permite obter conclusões gerais, a partir de dados recolhidos. Neste caso, as variáveis são as afirmações das questões 7, 8 e 12.

5.2.1 Análise Fatorial

De modo a compreender mais aprofundadamente as hipóteses em estudo, foi realizada uma análise fatorial às questões 7, 8 e 12 do questionário, as quais representam a hipótese 1, 2 e 3, respetivamente, do presente estudo empírico.

Pela observação da tabela 1, através da análise fatorial, o fator mais expressivo quanto aos principais benefícios da AI no seu contributo para o desempenho da organização, verifica-se que é “Apoiar a gestão na tomada de decisões”.

Tabela 1 - *Output* SPSS: Análise Fatorial (Questão 7 - Quais considera serem os principais benefícios da auditoria interna no seu contributo para o desempenho da organização?)

Afirmações da questão 7	Componente 1	Componente 2
Identificar e gerir os riscos de negócio	,672	-,417
Garantir maior eficácia do controlo interno	,655	-,611
Apoiar a gestão na tomada de decisões	,720	-,293
Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização	,621	,515
Melhorar a gestão de risco	,521	,569
Melhorar o desenvolvimento da organização	,616	,449

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à tabela 2, pode-se constatar que das questões apresentadas aos inquiridos, a afirmação com maior grau de concordância relativa à confiança dos *stakeholders* com a independência dada aos auditores internos, é “O grau de independência da função de auditoria interna pode influenciar a confiança dos *stakeholders*”.

Tabela 2 - *Output* SPSS: Análise Fatorial (Questão 8 - De acordo com as seguintes afirmações, qual a importância da confiança dos *stakeholders* com a independência dada aos auditores internos?)

Afirmações da questão 8	Componente 1	Componente 2
A existência da auditoria interna é relevante para os <i>stakeholders</i>	,747	,407
A auditoria interna transmite uma maior segurança perante os <i>stakeholders</i>	,514	,735
A falta de independência do auditor pode colocar em causa a gestão seja eficiente	,751	-,273
O relatório de uma auditoria interna poderá minimizar a ocorrência defraudes nas Demonstrações Financeiras	,656	-,503
O grau de independência da função de auditoria interna pode influenciara confiança dos <i>stakeholders</i>	,807	-,182

Fonte: Elaboração própria

A hipótese 3 como referido anteriormente, averigua o facto da gestão do risco e a AI possuírem como objetivo comum a criação de valor numa organização, deste modo, para proceder a esta análise elaborou-se a questão 12. Analisando esta questão e as suas afirmações verificou-se que, através da tabela 3, a afirmação que obteve maior expressividade foi “A auditoria interna deve estar envolvida com o processo da gestão de risco”.

Tabela 3 - *Output* SPSS: Análise Fatorial (Questão 12 - Grau de importância das afirmações, quanto ao objetivo comum da gestão do risco e da AI para a criação de valor numa organização?)

Afirmações da questão 12	Componente 1
A auditoria interna deve estar envolvida com o processo de gestão de risco.	,819
O processo de análise e gestão dorisco é essencial para criar valor a uma organização.	,474
Um processo de gestão de risco adequado permite que as organizações tomem melhores decisões.	,718
O envolvimento da auditoria interna na gestão de risco aumenta a probabilidade de sucesso de uma organização.	,759
O sucesso da gestão de risco traduz-se no sucesso de toda a atividade de auditoria interna.	,764

Fonte: Elaboração própria

5.2.2 Análise de Correlação de *Pearson*

Seguidamente foi utilizada a Análise de Correlação de *Pearson*, por forma a evidenciar o grau de relação entre as variáveis. Pelo coeficiente de *Pearson* torna-se possível medir a intensidade e direção da relação entre as duas variáveis e varia entre -1 e 1, sendo que 0 apresenta-se como ausência de correlação (Laureano, 2022). O sinal indica a direção, positiva ou negativa, da relação entre as variáveis, ao passo que o valor indica a força dessa mesma relação (Bryman & Cramer, 2003).

Tabela 4 - Output de Correlação entre Variáveis SPSS

		Questão 7	Questão 8	Questão 12
Questão 7	Correlação de <i>Pearson</i>	1	,395"	,532"
	Sig. (2 extremidades)		0,005	0,000
	N	50	50	50
Questão 8	Correlação de <i>Pearson</i>	,395"	1	,439"
	Sig. (2 extremidades)	0,005		0,001
	N	50	50	50
Questão 12	Correlação de <i>Pearson</i>	,532"	,439"	1
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,001	
	N	50	50	50

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar os dados obtidos na tabela 4, quanto ao nível da relação dos benefícios da AI (Q7) com a importância da confiança dos *stakeholders* e com a independência dada aos auditores internos (Q8), verifica-se uma associação estatisticamente significativa moderada entre as variáveis, uma vez que tem uma correlação de *Pearson* de 0,395'' e um nível de significância inferior a 0,05.

De igual forma, a análise de correlação executada, demonstra pela tabela 4 que a relação relativamente ao objetivo comum da gestão do risco e da AI para a criação de valor numa organização (Q12) com os benefícios da AI (Q7), indica a existência de uma correlação forte, com uma correlação de *Pearson* de 0,532'' e um nível de significância inferior a 0,05.

Por último, a correlação entre as variáveis, a importância da confiança dos *stakeholders* com a independência dada aos auditores internos (Q8), com o objetivo comum da gestão do risco e da AI para a criação de valor numa organização (Q12), pela tabela 4 indica a

existência de uma relação estatisticamente significativa moderada (correlação de *Pearson* de 0,439” e um nível de significância inferior a 0,05).

5.3 Discussão dos resultados

De seguida serão examinados os resultados da análise descritiva e da correlação entre as variáveis, tendo em vista a retirada de conclusões sobre as hipóteses em estudo.

Hipótese 1: A AI é importante nas empresas da região centro de Portugal.

Quanto ao grau de importância atribuída à AI para as organizações, os respondentes consideraram como importante, destacando que 38% consideraram como “extremamente importante” e 42% como “muito importante”, evidenciando assim o grau de importância da AI para as organizações, como verificado nos estudos de Cartis (2021) e Silva (2016).

No que diz respeito aos benefícios da AI para o desempenho da organização, a média dos inquiridos consideraram os benefícios como “muito importante”. No entanto apresentaram, como os principais benefícios da AI para a organização, a melhoria da gestão do risco e do desenvolvimento da organização. Relativamente ao benefício de oferecer vantagem competitiva às atividades da organização, 50% dos inquiridos considerou como “muito importante”. De evidenciar que, nas opções de identificar e apoiar a gestão dos riscos de negócio e garantir maior eficácia do controlo interno, apenas um inquirido, em ambas, considerou como “pouco importante”. Os restantes 98% consideraram que apresenta um elevado grau de importância, reforçando assim o peso destes benefícios para a organização, corroborando o estudo de Pereira (2021).

Em relação à hipótese 1 pode-se validar como consistente, na medida em que os inquiridos consideram como importante a função de AI nas empresas da região centro de Portugal.

Hipótese 2: A relevância da independência dos auditores internos para os *stakeholders*.

Para se perceber o grau de relevância da confiança dos *stakeholders* com a independência dada aos auditores internos, primeiramente, verificou-se se a existência da função de AI é considerada relevante para os *stakeholders*. Através da análise das resposta constata-se que 66% considera como “muito importante” e que 10% considera como “extremamente importante”, sendo um fator a ter em consideração, como verificado por Pereira (2021).

Quanto ao facto de a AI transmitir uma maior segurança perante os *stakeholders* e a falta de independência do auditor poder colocar em causa a eficiência da gestão, a totalidade dos inquiridos considerou como fatores relevantes para os *stakeholders*, uma vez que não se verificou nenhuma resposta como “nada” ou “pouco importante”, como Rocha (2016) referiu no seu estudo.

Relativamente ao facto de um relatório de uma AI poder minimizar a ocorrência de fraudes nas demonstrações financeiras, a generalidade dos inquiridos respondeu afirmativamente sendo que 86% consideraram como “muito importante” e “extremamente importante”, reforçando-a como uma função benéfica para a organização, entrando em linha de conta com o estudo de Pereira (2021).

Posteriormente, para ir ao encontro da pergunta de partida, questionou-se se o grau de independência da função de AI pode influenciar a confiança dos *stakeholders*. Nas respostas obtidas as opções de “muito” e “extremamente importante” apresentaram um número de respostas similares, totalizando cerca de 78% da amostra. Desta forma, a independência da função de AI é um aspeto a ter em consideração para os *stakeholders*, corroborando o estudo de Bouça (2017).

Com o desígnio de auxiliar a análise da presente hipótese, pode-se verificar qual o grau de liberdade e independência dado aos auditores internos nas áreas que auditam na sua organização. Ao analisar as respostas obtidas anteriormente, verificou-se que, no seu global, existe um elevado grau de independência concedido à função de AI.

Conclui-se então que numa opinião geral, a confiança dos *stakeholders* está relacionada com a independência dada aos auditores internos. Uma vez que, a independência dada ao auditor interno garante maior segurança e credibilidade da informação, na medida em que esta será tratada com o máximo rigor e segurança.

Hipótese 3: A gestão do risco e a AI têm como objetivo comum a criação de valor numa organização.

Tendo em linha de conta a hipótese 3 foi questionado se a AI tem influência no processo de tomada de decisão de uma organização, ao analisar as respostas verifica-se que 86% dos inquiridos consideram que tem uma influência considerável, como referido por Beja (2004) e Teixeira (2006).

De seguida, foi questionado se uma organização que possua AI tem maior probabilidade de promover um sistema de controlo interno e de gestão do risco. Após análise das

respostas constatou-se que 84% dos inquiridos consideram que sim, tal como verificado por (Bouça, 2017).

Para a análise da hipótese em estudo, pretendeu-se avaliar o grau de importância do objetivo comum da gestão do risco e da AI na criação de valor numa organização. Quanto ao facto da AI dever estar envolvida com o processo de gestão do risco, a totalidade dos inquiridos consideraram como “importante”, “muito importante” e “extremamente importante”, corroborando os estudos de Soares (2018) e Silva (2020).

Tendo em linha de conta Frade (2017), a nível do processo de gestão do risco ser essencial para criar valor para uma organização, 94% dos inquiridos consideraram ser “muito” e “extremamente importante”. Com igual percentagem os inquiridos consideraram que um processo de gestão do risco adequado permite que as organizações tomem melhores decisões.

Relativamente à afirmação do envolvimento da AI na gestão do risco, se pode considerar um fator pertinente, no que concerne ao aumento da probabilidade de sucesso de uma organização. Neste seguimento, a afirmação de que o sucesso da gestão do risco se traduz no sucesso de toda a atividade de AI, os inquiridos consideraram ser importante, à semelhança do que sucedeu nas afirmações anteriores, atestando o estudo de Pinheiro (2013).

Para auxiliar na análise desta hipótese em estudo, nos casos em que a organização contempla a função de AI, foi colocada aos inquiridos a questão que tem como finalidade averiguar se a AI e a gestão do risco são desenvolvidas tendo em conta os objetivos da organização, em que a maioria afirma que sim, corroborando o estudo de Pereira (2021).

Após a análise global, testou-se a veracidade da hipótese 3, tendo como objetivo fulcral a determinação da criação de valor da gestão do risco e da AI numa mesma entidade. No decorrer do presente estudo, ao analisar as respostas obtidas, pode-se concluir que a AI e a gestão do risco são dois elementos essenciais para a criação e manutenção das boas práticas e para o auxílio na tomada de decisões nas organizações. Posto isto, torna-se relevante evidenciar a criação de valor presente numa organização que contemple estas duas funções, pois, torna-a mais eficaz na identificação de riscos presentes no seu meio envolvente.

O quadro 5 apresenta as principais conclusões obtidas no presente estudo, confrontando-as com as conclusões alcançadas por estudos de outros autores.

Quadro 5 - Comparação das principais conclusões com outros autores

Principais Conclusões	Autores	Validação
A AI é importante para as organizações.	Cartis (2021); Silva (2016)	Corrobora
A AI melhora o desempenho organizacional e auxilia as organizações a atingirem os seus objetivos.	Alzeban (2020); Pereira (2021)	Corrobora
A independência da função de AI é um aspeto a ter em consideração para os <i>stakeholders</i> .	Demeke & Kaur (2021)	Não Corrobora
	Bouça (2017); Pereira (2021)	Corrobora
A AI transmitir uma maior segurança perante os <i>stakeholders</i> e a falta de independência do auditor pode colocar em causa a eficiência da gestão.	Cornejo <i>et al.</i> (2019); Rocha (2016)	Corrobora
A AI tem uma influência considerável no processo de tomada de decisão de uma organização.	Pereira (2021); Soares (2018); Teixeira (2006)	Corrobora
Uma organização que detenha AI tem maior probabilidade de promover um sistema de controlo interno e de gestão de risco.	Abdurrahman <i>et al.</i> (2020); Bouça (2017); Cornejo <i>et al.</i> (2019)	Corrobora
A AI deve estar envolvida com o processo de gestão do risco.	Cartis (2021); Silva (2020); Stewart <i>et al.</i> (2011)	Corrobora
Um processo de gestão do risco adequado permite que as organizações tomem melhores decisões.	Frade (2017); Pereira (2021)	Corrobora

Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÃO

Com a elaboração desta dissertação, pretendeu-se estudar a importância da auditoria interna nas empresas do setor privado da região centro de Portugal, com foco nas áreas de auditoria interna e da gestão do risco. No que respeita ao cumprimento dos objetivos propostos, todos eles foram alcançados.

Tendo em linha de conta a revisão da literatura realizada anteriormente, constatou-se que existe uma crescente evolução da auditoria interna, bem como a sua extensão a outros domínios, como por exemplo no âmbito organizacional e operacional das organizações.

O presente trabalho de investigação, através da opinião dos inquiridos que constituíram a amostra analisada, evidenciou a importância do contributo da auditoria interna para a gestão do risco numa organização. O estudo de caso fez uso do inquérito por questionário para o seu desenvolvimento e, por último, retirar as suas conclusões.

Da investigação levada a cabo pelo trabalho, resulta que a auditoria interna é considerada importante nas empresas inquiridas, auxiliando a organização na concretização dos seus objetivos, na melhoria das suas operações, bem como a aperfeiçoar a gestão dos riscos. Por este motivo, é notório que os inquiridos corroboram o estudo elaborado por Alves (2015) que verificou que a função de auditoria interna não só auxilia as organizações a melhorarem as suas operações, como também ajuda as mesmas a reduzirem os riscos associados, uma vez que a maioria reconhece que esta contribui também para a mitigação dos mesmos.

Quanto ao grau de liberdade e independência da ação concedido aos auditores internos confirma-se que tem relevância e aumenta a confiança dos *stakeholders*, tal como verificado por Rocha (2016). A independência apresenta-se como uma questão fulcral para as organizações alcançarem um bom desempenho da auditoria como Marques (2017) referiu nos seus estudos. Esta questão encontra-se também analisada pelas organizações inquiridas e, na sua maioria, as mesmas referiram que a independência pode condicionar uma gestão eficiente.

Atualmente, com o aumento exponencial da globalidade e um mundo em constante mudança, as organizações necessitam de acompanhar estas alterações e de estarem atentas ao seu meio envolvente. Tendo em vista o alcance de uma posição competitiva e vantajosa no mercado de trabalho, as organizações necessitam de uma gestão cada vez mais eficiente e eficaz para que sejam rentáveis a longo prazo. Posto isto, futuramente, a

tendência tende a que a auditoria interna venha a estar em constante evolução, tendo como finalidade o acompanhamento e a contribuição para a rentabilidade das empresas. Deste modo, para alcançar este propósito, é necessário o aperfeiçoamento da sua postura, focando-se nas suas preocupações e, essencialmente, dando atenção aos objetivos previamente definidos, bem como ao seu modo de aplicação.

Futuramente, é expectável que as organizações apostem na área da gestão do risco, pois é fundamental que estas consigam dar resposta aos riscos a que a entidade está exposta. Por este motivo a auditoria interna, apresenta-se como a área que melhor tem conhecimento da estratégia e riscos associados a cada organização, alcançando assim a criação de valor. Relativamente à gestão do risco, este analisa matérias de cariz relevante que podem influenciar o bom funcionamento de cada organização. Logo, o facto de se aumentar esta área de atuação, os riscos são analisados e minimizados, gerando a criação de valor para a organização corroborando com o estudo de Pereira (2021).

Por último, constatou-se que a função de auditoria interna e a gestão do risco são duas áreas que revelam extrema importância para o funcionamento das organizações. No entanto, verificou-se que poucas são as organizações que contemplam a função de auditoria interna. Um dos motivos enumerado pelas organizações inquiridas para a razão da não implementação, é o facto do mesmo apresentar um elevado custo financeiro.

Relativamente às limitações enfrentadas por este estudo, a principal está relacionada com a adesão dos inquiridos a responderem ao presente inquérito, pois foi um processo lento e moroso que condicionou a fase da interpretação dos resultados pelo facto da limitação de tempo. Apesar das várias tentativas e insistências, foram alcançados 50 inquiridos para esta amostra, sendo esta, uma dimensão reduzida e não representativa da totalidade da população.

Tendo em vista as perspetivas futuras de investigação, considera-se relevante a utilização de diferentes métodos estatísticos para aprofundamento do tema tratado, bem como a aplicação de estudos posteriores em diferentes regiões do país, tendo como finalidade a comparação das organizações e a verificação, caso exista, da uniformidade territorial.

BIBLIOGRAFIA

- Abdurrahman, A. P., Mohamed, S., Garret, K. W., & Ehsanullah, S. (2020). Internal Audit & Enterprise Risk Management. *International Journal of Advanced Science and Technology*, 29(9), 401-409. Retrieved January 14, 2022, from <https://www.researchgate.net>
- Almeida, B. J. (2017). *Manual de Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco* (2ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Alves, J. J. (2015). *Princípios e Prática de Auditoria e Revisão de Contas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Alzeban, A. (2020). The relationship between the audit committee, internal audit and firm performance. *Journal of Applied Accounting Research*, 21(3), 437-454. doi:10.1108/JAAR-03-2019-0054
- Araújo, I. P. (2008). *Introdução à Auditoria Operacional* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Australian/New Zealand Standard. (2004). *Risk Management Standard AS/NZS 4360*.
- Barreto, A. C. (2017). *Auditoria Interna no Desempenho Organizacional*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Ciências Empresariais]. Repositório Comum do Instituto Politécnico de Setúbal. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/20748>
- Beja, R. (2004). *Risk Management: Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio*. Lisboa: Áreas Editora.
- Blatt, A. (1999). *Avaliação de Risco e Decisão de Crédito: Um Enfoque Prático*. São Paulo: Nobel.
- Bouça, M. F. (2017). *A Auditoria e a Gestão do Risco*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/11284>
- Bowen, P., & Edwards, P. (2005). *Risk Management in Project Organizations* (1st ed.). Butterworth-Heinemann.
- Bryman, A., & Cramer, D. (2003). *Análise de dados em ciências sociais: Introdução às técnicas utilizando o SPSS para Windows* (3ª ed.). Celta Editora.
- Calvin, C. (2021). Adherence to the Internal Audit Core Principles and Threats to Internal Audit Function Effectiveness. *A Journal of Practice & Theory*, 40(4), 79-98. doi:10.2308/AJPT-19-072
- Cartis, D. L. (2021). *A importância da auditoria interna na prevenção da fraude no setor segurador em Portugal*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra]. Repositório Comum do Instituto Politécnico de Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/38752>
- Castanheira, N. M. (2007). *Auditoria interna baseada no risco: estudo do caso Português*. [Dissertação de Mestrado, Escola de Economia e Gestão da

- Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. Obtido de <http://hdl.handle.net/1822/7061>
- Chapman, R. J. (2011). *Simple Tools and Techniques for Enterprise Risk Management* (2nd ed.). John Wiley & Sons.
- Christ, M., Eulerich, M., Krane, R., & Wood, D. (2021). *New Frontiers for Internal Audit Research*, 20, pp. 449-475. doi:10.1111/1911-3838.12272
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2004). *Enterprise Risk Management - Integrated Framework. Executive Summary.*
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2017). *Enterprise Risk Management - Integrating with Strategy and Performance. Executive Summary.*
- Cornejo, C. P., García, J. B., & Puente, E. Q. (2019). How to manage corporate reputation? The effect of enterprise risk management systems and audit committees on corporate reputation. *European Management Journal*, 505-515. doi:10.1016/j.emj.2019.01.005
- Correia, C. (2019). *A Influência da Composição da Comissão de Auditoria na Ocorrência de Eventos Negativos: O Caso das Entidades Cotadas no PSI20*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.21/12923>
- COSO. (2021, November 13). *Guidance on Enterprise Risk Management*. Retrieved from The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission: <https://www.coso.org/SitePages/Guidance-on-Enterprise-Risk-Management.aspx?web=1>
- Costa, C. B. (2019). *Auditoria Financeira – Teoria & Prática* (12^a ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Deloitte Touche Tohmatsu Limited. (2021, October 23). *What is Audit & Assurance*. Retrieved from Deloitte: <https://www2.deloitte.com/pt/pt/pages/audit/solutions/what-is-audit.html>
- Demeke, T., & Kaur, J. (2021). Determinants of Internal Audit Effectiveness: Evidence from Ethiopia. *African Journal of Business and Economic Research*(16), 51-72. doi:10.31920/1750-4562/2021/v16n2a3
- DeSimone, S., D'Onza, G., & Sarens, G. (2020). Correlates of internal audit function involvement in sustainability audits. *Journal of Management and Governance*(25), 561-591. doi:10.1007/s10997-020-09511-3
- D'Onza, G., Sarens, G., & DeSimone, S. (2020). Factors that Influence the Internal Audit Function's Maturity. *Accounting Horizons*, 34(4), 57-74. doi:10.2308/HORIZONS-18-127
- FERMA. (2003). *Norma de Gestão de Riscos*. Obtido em 7 de novembro de 2021, de Federation of European Risk Management Associations:

<https://www.ferma.eu/app/uploads/2011/11/a-risk-management-standard-portuguese-version.pdf>

- FERMA. (2017, november 6). *About FERMA*. Retrieved from Federation of European Risk Management Associations: <https://www.ferma.eu/about-ferma/>
- Ferreira, A. C. (2010). *A Gestão do Risco Aplicada à Auditoria Interna*. [Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial]. Repositório da Universidade de Aveiro. Obtido de <http://hdl.handle.net/10773/1797>
- Filho, D. B., & Júnior, J. A. (2009). Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Pearson. *Revista Política Hoje*, Vol. 18(1), 115-146.
- Fortin, M. F. (2000). *O Processo de Investigação: Da Concepção à Realização*. Lisboa: Lusodidacta.
- Frade, T. S. (2017). *A Organização de um Departamento de Auditoria Interna - Aplicação a uma Empresa na Área de Recuperação de Crédito*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.21/7239>
- Hatherly, D., Porter, B., & Simon, J. (2014). *Principles of External Auditing* (4th ed.). John Wiley & Sons.
- Hill, M., & Hill, A. (2012). *Investigação por Questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- IFAC - International Federation of Accountants. (2009). *Norma Internacional de Auditoria 200 - Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria*.
- IFAC - International Federation of Accountants. (2009). *Norma Internacional de Auditoria 300 - Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras*.
- IIA - The Institute of Internal Auditors. (2021). Definition of Internal Audit. Retrieved October 20, 2021, from The Institute of Internal Auditors: <https://na.theiia.org>
- IIA - The Institute of Internal Auditors. (2009). *IIA Position Paper: The Role of Internal Auditing in Enterprise-wide Risk Management*. Retrieved November 14, 2021, from <https://www.theiia.org>
- IIA - The Institute of Internal Auditors. (2011). *Internal Auditing's Role in Risk Management*. Retrieved November 20, 2021, from <https://www.ii.nl>
- IIA - The Institute of Internal Auditors. (2017). *Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna*. Obtido em 31 de Outubro de 2021, de <https://na.theiia.org>
- IIA - The Institute of Internal Auditors. (2019). *Harnessing the power of internal audit*. Retrieved May 14, 2022, from <https://www.ii.org.uk>

- IIA - The Institute of Internal Auditors. (2021). *OnRisk 2022: A Guide to Understanding, Aligning, and Optimizing Risk*. Retrieved January 18, 2022, from <http://theiia.mkt5790.com/>
- Instituto Português da Qualidade. (2018). NP ISO 31000: Gestão do risco – Princípios e linhas de orientação.
- Instituto Português da Qualidade. (2019). NP EN ISO 19011: Linhas de orientação para auditorias a sistemas de gestão.
- IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna. (2013). *Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna*. Obtido em 23 de outubro de 2021, de <https://www.ipai.pt/gca/index.php?id=58>
- Lajoso, P. G. (2005). A importância da Auditoria Interna para a Gestão de Topo. *Revista de Auditoria Interna*(19), 10-12.
- Laureano, R. (2022). *Testes de Hipóteses com o SPSS* (3ª ed.). Edições Sílabo.
- Marçal, N., & Marques, F. L. (2011). *Manual de Auditoria e Controlo Interno no Sector Público*. Edições Sílabo.
- Marôco, J. (2021). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (8ª ed.). ReportNumber.
- Marques, M. (1997). *Auditoria e Gestão* (1ª ed.). Editorial Presença.
- Marshall, D. W. (2020). The role of internal audit in the risk management process: A developing economy perspective. *Journal of Corporate Accounting & Finance* (Wiley), 31, 154-165. doi:10.1002/jcaf.22471
- Martins, D. (2015). *A implementação da Auditoria Interna numa Câmara Municipal do Minho*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/7777>
- Mateus, I. M. (2020). *A Avaliação do Desempenho da Auditoria Interna nas Instituições de Crédito a Operar em Portugal*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.21/12866>
- Moeller, R. R. (2009). *Brink's Modern Internal Auditing* (8th ed.). John Wiley & Sons, Inc. doi:10.1002/9781119180012
- Morais, G., & Martins, I. (2013). *Auditoria Interna - Função e Processo* (4ª ed.). Lisboa: Áreas Editora.
- Pereira, A. F. (2021). *A importância da Auditoria Interna na Gestão dos Riscos Empresariais*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/17485>
- Pereira, A. S. (2006). Revisão da Informação Financeira - Prospectiva. *Revisores & Empresas - Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*(34), 26-35.

- Pinheiro, C. G. (2013). *Acrescentar valor à organização com a Auditoria Interna*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/1804>
- Pinheiro, J. L. (2014). *Auditoria Interna - Manual Prático para Auditores Internos* (3ª ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Reis, P. M. (2019). *A importância da Auditoria Interna e da Gestão de Risco nas empresas do distrito de Leiria*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra]. Repositório Comum do Instituto Politécnico de Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/31453>
- Rocha, D. A. (2016). *O Contributo da Auditoria Interna na Elaboração de Boas Práticas Contabilísticas*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/9699>
- Santos, J. R., & Henriques, S. (2021). *Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos*. Universidade Aberta, Creative Commons Licence. doi:10.34627/3s9s-k971
- Silva, A. M. (2016). *A Evolução da Auditoria Interna em Portugal: Estudo Comparativo*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa]. Repositório Comum do Instituto Politécnico de Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.21/7230>
- Silva, L. M. (2020). *Auditoria e Criação de Valor: Estudo sobre a Região Autónoma dos Açores*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/17758>
- Soares, H. F. (2018). *A Função da Auditoria na Área de Análise e Gestão de Risco*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/13231>
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: PACTOR.
- Stewart, J., Subramaniam, N., & Zwaan, L. (2011). Internal audit involvement in enterprise risk management. *Managerial Auditing Journal*, 26(7), 586-604. doi:10.1108/02686901111151323
- Taborda, D. M. (2021). *Auditoria - Revisão Legal das Contas e Outras Funções do Revisor Oficial de Contas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Tamimi, O. Y. (2021). The Role of Internal Audit in Risk Management from the Perspective of Risk Managers in the Banking Sector. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 15(2), 114-129. doi:10.14453/aabfj.v15i2.8

- Tapia, E. F. (2010). *El impacto de la Auditoría Forense como técnica de prevención, detección y control del fraude*. Obtido em 4 de Novembro de 2021, de <https://docplayer.es/9976831-Auditoria-forense-el-impacto-de-la-auditoria-forense-como-tecnica-de-prevencion-deteccion-y-control-del-fraude.html>
- Teixeira, M. F. (2006). *O Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão Eficaz*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.2/581>
- Tribunal de Contas. (1999). Manual de Auditoria e de Procedimentos. Obtido em 10 de outubro de 2021, de https://www.tcontas.pt/pt-pt/NormasOrientacoes/ManuaisTC/Documents/Manual_vol1.pdf
- Vijayakumar, A. N., & Nagaraja, D. N. (2012). *Internal Control Systems: Effectiveness of Internal Audit in Risk Management at Public Sector Enterprises, Vol. 5(1)*, pp. 1-8. Obtido de <https://www.researchgate.net>
- Xavier, D. M. (2020). *Auditoria Forense em Portugal: Pertinência da criação de uma Formação Avançada no Ensino Superior em Portugal*. [Dissertação de Mestrado, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. Obtido de <http://hdl.handle.net/1822/67122>

APÊNDICES

APÊNDICE 1. Questionário

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

O presente questionário foi elaborado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial, aprovado pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, cujo o objetivo é verificar "A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal".

A realização deste questionário demora aproximadamente, 5 minutos.

Toda a informação recolhida é anónima e confidencial, destinando-se exclusivamente para análise estatística de âmbito académico.

Caso tenha alguma questão ou comentário sobre este questionário pode contactar-me usando o e-mail: iscac14076@alumni.iscac.pt

Agradeço desde já a sua participação, a qual será muito relevante para as conclusões deste estudo.

Muito obrigado!

***Obrigatório**

Caracterização da Empresa

Email:

1 - Qual o setor de atividade económica em que a empresa opera? *

Marcar apenas uma oval.

- Comércio
- Indústria
- Serviços
- Outro

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

2 - A organização pertence a qual distrito de Portugal? *

Marcar apenas uma oval.

- Aveiro
- Castelo Branco
- Coimbra
- Guarda
- Leiria
- Viseu

3 - Qual o volume de negócios à data de 31 de Dezembro de 2020? *

Marcar apenas uma oval.

- Inferior a 700.000 euros
- Entre 700.000 euros e inferior 8.000.000 euros
- Entre 8.000.000 euros e inferior 40.000.000 euros
- Superior a 40.000.000 euros

4 - Número aproximado de funcionários da organização? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 10 trabalhadores
- de 11 a 50 trabalhadores
- de 51 a 250 trabalhadores
- Mais de 251 trabalhadores

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

5 - Qual é o cargo que ocupa na organização? *

Marcar apenas uma oval.

- Auditor Interno
- Contabilista Certificado
- Controller
- Diretor Financeiro
- Outra: _____

Contributo da Auditoria Interna na Gestão do Risco

6 - Na sua opinião, qual o grau de importância da existência de uma função de Auditoria Interna nas organizações? *

Marcar apenas uma oval.

- Extremamente Importante
- Muito Importante
- Importante
- Pouco Importante
- Nada Importante

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

7 - De acordo com a sua opinião, quais considera serem os principais benefícios da Auditoria Interna no seu contributo para o desempenho da organização? *

1 - Nada Importante; 2 - Pouco Importante; 3 - Razoável; 4 - Importante; 5 - Muito Importante.

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Identificar e apoiar a gestão de riscos de negócio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Garantir maior eficácia do controlo interno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoiar a gestão na tomada de decisões	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhorar a gestão de risco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhorar o desenvolvimento da organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

8 - Na sua opinião, de acordo com as seguintes afirmações, qual a importância da confiança dos Stakeholders com a independência dada aos auditores internos? *

1 - Nada Importante; 2 - Pouco Importante; 3 - Razoável; 4 - Importante; 5 - Muito Importante.

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
A existência da auditoria interna é relevante para os Stakeholders	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A auditoria interna transmite uma maior segurança perante os Stakeholders	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A falta de independência do auditor pode colocar em causa a eficiência da gestão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O relatório de uma auditoria interna poderá minimizar a ocorrência de fraudes nas Demonstrações Financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O grau de independência da função de auditoria interna pode influenciar a confiança dos Stakeholders	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

9 - Considera que as informações prestadas pela atividade de Auditoria Interna têm influência no processo de tomada de decisão de uma organização? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não tem influência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muita influência

10 - Na sua opinião, uma organização que possui a função de Auditoria Interna tem maior probabilidade de promover um sistema de controlo interno e de gestão de risco? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

11 - A empresa dispõe de um sistema de identificação, avaliação, monitorização e controlo dos riscos a que está exposta? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

12 - Defina o seu grau de importância das seguintes afirmações, relativamente ao objetivo comum da gestão do risco e da auditoria interna para a criação de valor numa organização? *

1 - Nada Importante; 2 - Pouco Importante; 3 - Razoável; 4 - Importante; 5 - Muito Importante.

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
A auditoria interna deve estar envolvida com o processo de gestão de risco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O processo de análise e gestão do risco é essencial para criar valor a uma organização.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Um processo de gestão de risco adequado permite que as organizações tomem melhores decisões.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O envolvimento da auditoria interna na gestão de risco aumenta a probabilidade de sucesso de uma organização.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O sucesso da gestão de risco traduz-se no sucesso de toda a atividade de auditoria interna.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

13 - No caso de a organização não dispor de um sistema de gestão de riscos, *
existem planos para a sua implementação?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- A organização já possui um sistema de gestão de riscos

14 - A estrutura organizacional contempla a função de Auditoria Interna? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Avançar para a pergunta 16*
- Não *Avançar para a pergunta 23*

A estrutura organizacional contempla a função de auditoria de interna

15 - Quantas pessoas compõem a atividade de Auditoria Interna? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 3 pessoas
- Entre 3 a 5 pessoas
- Mais de 5 pessoas

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

16 - Em que áreas atua a atividade de Auditoria Interna? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
Contabilística/Financeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Operações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão do Risco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos Humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Marketing	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança da Informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jurídica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17 - A Auditoria Interna tem as suas funções bem definidas e devidamente conhecidas por todos os outros departamentos da organização? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

18 - Considera que o grau de liberdade e independência de ação concedida à função de Auditoria Interna é: *

Marcar apenas uma oval.

- Máximo
 Significativo
 Intermédio
 Reduzido
 Mínimo

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

19 - A função de Auditoria Interna tem um processo efetivo e eficiente de planificação e estratégia, tendo em conta os riscos do negócio? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existe plano estratégico
- Existe plano estratégico mas não reflete o perfil de risco corporativo
- Existe plano estratégico e reflete o perfil de risco corporativo

20 - Considera que tanto a auditoria interna como a gestão de risco são desenvolvidos tendo em conta os objetivos da organização e a continuidade do negócio? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

21 - Com que frequência é efetuado a avaliação da monitorização e o controlo do sistema de gestão de riscos? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito frequente
- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

A estrutura organizacional não contempla a função de auditoria de interna

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

A Importância da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro de Portugal

15 - Qual a razão da inexistência da função de Auditoria Interna? *

Marcar apenas uma oval.

- A organização não considera o departamento importante
- O departamento apresenta um elevado custo para a empresa
- Outra: _____

16 - Pensa, a curto prazo, implementar a função de Auditoria Interna? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

APÊNDICE 2. Email

Questionário - Contributo da Auditoria Interna na Gestão do Risco | Mestrado Gestão Empresarial Caixa de entrada x



RICARDO FERNANDES <iscac14076@alumni.iscac.pt>

para

Exmo(a). Senhor(a) Diretor(a) Financeiro / Responsável pela Auditoria Interna / Controlo de Gestão,

Chamo-me Ricardo Fernandes, sou aluno do Mestrado em Gestão Empresarial do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) e encontro-me a elaborar a minha dissertação cujo o tema é: *O Contributo da Auditoria Interna na Gestão do Risco nas Empresas do Setor Privado da Região Centro*.

Neste contexto, venho solicitar a V. Ex.^a a colaboração no preenchimento do questionário. O seu contributo é essencial, pois o sucesso desta dissertação dependerá da obtenção de respostas.

Destaco ainda que mesmo que não utilize/conheça esta função de auditoria interna é fundamental a resposta a este questionário. No caso deste e-mail for enviado para o endereço incorreto peço que encaminhe para o departamento responsável.

Toda a informação recolhida é anónima e confidencial, destinando-se exclusivamente para análise estatística de âmbito académico. Caso tenha alguma questão ou comentário sobre este questionário pode contactar-me usando o e-mail: iscac14076@alumni.iscac.pt

Link para responder ao questionário: <https://forms.gle/KaEM8368S9kLPAYi7>

Desde já, agradeço a sua colaboração, ficando a aguardar a sua resposta tão breve quanto possível.

Atenciosamente,
Ricardo Fernandes